

Salvante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

CENTROS

Propriedade do Partido Comunista Português * Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 * Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. * Distribuição - Distribuidora «O SECULO»



CANDIDATOS COMUNISTAS DEPUTADOS DO POVO

1. O Comité Central do Partido Comunista Português, em reunião ampliada realizada no dia 2 de Março, examinou as questões relativas às próximas eleições para a Assembleia Constituinte.

Depois de quase meio século de ditadura fascista, a realização das eleições para a Assembleia Constituinte é um acontecimento histórico. Ela marca o início de uma nova etapa no difícil caminho da consolidação das liberdades e da instauração de um regime democrático escolhido pelo próprio povo.

Apesar do objectivo das eleições para a Assembleia Constituinte ser preciso e limitado, uma vez que a tarefa da Assembleia é elaborar a nova Constituição e não lhe cabe escolher ou modificar o Governo, as eleições adquirem grande significado e terão importantes repercussões na vida política portuguesa.

Uma nitida vitória expressa em votos das forças interessadas no processo de democratização e no progresso social é da mais alta importância para conter a reacção, que procura enterrar e fazer retroceder o processo revolucionário, e para definir os poderes do novo Estado democrático e os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

Um elevado número de votos no Partido Comunista Português e a sua consequente representação na Assembleia Constituinte será, nestas eleições, uma garantia para a consolidação e a defesa das liberdades e a instauração e construção de um regime democrático, que corresponda aos interesses, aspirações e objectivos do povo português.

2. O Partido Comunista Português apresenta candidatos em todos os círculos do território eleitoral, ou seja em todos os distritos do Continente e Ilhas Adjacentes.

O PCP apresentará, pois, 247 candidatos, cujos nomes são divulgados nesta mesma data.

A composição social das listas do PCP é a seguinte: 85 operários, 49 empregados, 15 técnicos, 10 camponeses, 62 intelectuais, 8 estudantes, 6 pequenos e médios comerciantes e industriais e 12 diversos.

Entre os operários contam 26 metalúrgicos, 8 têxteis, 4 da construção civil, 5 ferroviários, 7

operários rurais e 3 pescadores. Entre os intelectuais contam-se 25 professores, 13 médicos, 12 juristas, 8 engenheiros e 11 escritores, actores e jornalistas. Trinta e sete dos candidatos são mulheres. Cinquenta e oi-

to candidatos têm menos de 30 anos e 141 têm de 31 a 50 anos. O mais jovem tem 21 anos e o mais velho tem 74 anos, ambos operários. Alguns dos candidatos são católicos.

Muitos candidatos foram perseguidos e sofreram um total de 440 anos de prisão. Os candidatos são uma viva expressão da história, da luta, da natureza de classe e da influência de massas do PCP. A par das grandes e gloriosas tradições da

luta do tempo fascismo, representadas por numerosos quadros experimentados nas duras condições de clandestinidade, estão representadas as novas gerações de lutadores forjados nas lutas de massas após o 25 de Abril.

A justo título, os candidatos do PCP se podem considerar como os candidatos do povo. 3. O Comité Central examinou a lei eleitoral tardiamente elaborada relativa ao voto dos emigrantes, e o recenseamento e as formas e condições em que o direito de voto vai ser exercido (recenseamento em consulados, propagação pelo correio, votos pelo correio, etc.). O processo verificado e as normas adoptadas não preenchem requisitos democráticos indispensáveis. Confronte com esse exame, o Comité Central resolveu não apresentar candidato a ser eleito pelos emigrantes.

4. O Comité Central examinou também as questões relativas à lei eleitoral especial, ao

CONT. NA PÁG. 3



Salvante!
PÁGINA 2

Consolidar as vitórias alcançadas, reforçar as posições da revolução democrática — tarefa essencial dos candidatos do PCP

O Partido Comunista Português apresenta candidatos em todos os círculos do território eleitoral, ou seja, em todos os distritos do Continente e Ilhas Adjacentes.

A composição social das listas do PCP é a seguinte: 85 operários, 49 empregados, 15 técnicos, 10 camponeses, 62 intelectuais, 8 estudantes, 6 pequenos e médios comerciantes e industriais e 12 diversos.

Entre os operários contam-se 26 metalúrgicos, 8 têxteis, 4 da construção civil, 5 ferroviários, 7 operários rurais e 3 pescadores.

Entre os intelectuais contam-se 25 professores, 13 médicos, 12 juristas, 8 engenheiros e 11 escritores, actores e jornalistas.

Trinta e sete dos candidatos são mulheres.

Cinquenta e oito candidatos têm menos de 30 anos e 141 têm de 31 a 50 anos. O mais jovem tem 21 anos e o mais velho tem 74, ambos operários. Alguns dos candidatos são católicos.

Muitos candidatos foram perseguidos e sofreram um total de 440 anos de prisão.



EM política, a concordância entre as palavras e os actos é um traço distintivo entre as diversas forças que num determinado momento histórico intervêm na vida de um país; o sentido das palavras que se proferem e dos actos que se praticam e a raiz social de quem diz e faz são outros tantos traços de distinção entre as mesmas forças. Ao primeiro chamaremos coerência de princípios, aos segundos, natureza de classe.

A entrega das listas de candidatos comunistas às próximas eleições para a Assembleia Constituinte e a publicação dos seus nomes são factos significativos da coerência de princípios e da natureza de classe do PCP.

As tarefas de consolidação das conquistas alcançadas depois do 25 de Abril e de reforço consequente das componentes motoras da nossa revolução democrática constituem preocupações centrais da luta dos comunistas portugueses. Nas palavras e nos actos, dentro e fora do Governo.

No preciso momento em que passa o 54.º aniversário da fundação do PCP — o primeiro depois da derrota do fascismo — não é de mais reafirmar a coerência de princípios e a natureza de classe do Partido Comunista Português.

Autênticos campeões da democracia e da luta pela legalidade democrática, a companheiros de viagem — alguns hoje em foco — que estranhamente nos acusavam de cultores da clandestinidade, fomos respondendo no passado com a recusa intransigente do colete de forças da legalidade fascista e a sementeira dos nossos mortos e heróis na dura estrada da luta contra o fascismo, e respondemos no presente, antes de todos os outros, entregando os instrumentos de legalização do nosso Partido.

Na base dos nossos actos está, neste caso, a confirmação do que sempre proclamámos durante a noite fascista, isto é, a de que respeitaremos a legalidade democrática, oriunda dum regime que se propõe respeitar a vontade do povo, legalidade que defenderemos com todas as nossas forças e contra todos os que tentem espezinhá-la.

Na sua cega, mas estudada, campanha anticomunista, a «santa aliança» de classe contra o PCP acusa-nos falsamente de conspirar para impedir as eleições e para instaurar em Portugal um «ditadura de partido único» para amordaçar as liberdades do povo português. Esta acusação que até o observador menos profundo sabe que é falsa, é lançada aos quatro ventos para alimentar a campanha reaccionária de dentro e fora do País contra o processo revolucionário português e contra os comunistas de Portugal.

O falso dilema de «comunismo ou guerra civil» continua a circular na imprensa e nos círculos mais reaccionários do exterior apesar de a sua falsidade poder ser comprovada por qualquer cidadão estrangeiro residente em Portugal.

A isso temos contestado de várias formas na aplicação prática da nossa política e agora respondemos — também primeiros — com o registo legal dos nossos candidatos como passo necessário para uma participação responsável nas eleições de Abril, as primeiras em liberdade depois de 48 anos de fascismo. «Apesar de o objectivo das eleições para a Assembleia Constituinte ser preciso e limitado» — disse Álvaro Cunhal na Conferência de Imprensa de segunda-feira última — uma vez que a tarefa da Assembleia Constituinte é elaborar a nova Constituição e não lhe cabe escolher ou modificar o Governo, as eleições adquirem um grande significado e terão importantes repercussões na vida política portuguesa.

Uma forte participação do Partido do proletariado na Assembleia Constituinte, e para o objectivo específico de elaborar uma nova Constituição, é um factor essencial de democratização do país.

A forma como alguns grupos, que se legalizaram como

partidos políticos, estão a considerar as próximas eleições de Abril não serve o processo democrático, antes pelo contrário. A natureza do regime actual é por elas confundida com a do que foi apeado em 25 de Abril de 1974. Atacam, alguns já abertamente, o MFA e desnaturam o seu carácter e objectivos.

O PCP tem denunciado a falta de saneamento das autarquias locais como um dos factores que pode viciar resultados na consulta eleitoral. Não se pode, em certas zonas do país, onde os reaccionários e fascistas por meio do caciquismo detêm ainda o «contrôle» da vida local, falar em eleições verdadeiramente livres. Mas classificar muito «revolucionariamente» de «burguesas» e não livres as eleições que vão ter lugar no mês próximo e não ver o que significam de facto para se levar tão longe quanto possível as conquistas democráticas da classe operária e para a criação de condições que assegurem um desenvolvimento lógico do processo revolucionário é um mau serviço prestado ao povo.

O PCP, tendo bem em conta as limitações do trabalho da próxima Assembleia Constituinte e as possíveis viciações de alguns resultados das eleições de Abril, encarava com toda a seriedade.

A reunião plenária e ampliada do Comité Central no último domingo, em Alhandra, revela a seriedade que o PCP põe no acto eleitoral de Abril próximo. A lista dos candidatos comunistas é uma imagem da composição social do Partido, do seu passado revolucionário e da sua influência de massas.

Os comunistas portugueses não têm qualquer experiência em eleições democráticas. Sabemos como actuam os demagogos burgueses e pseudo-revolucionários. A campanha, do aperto de mão e do sorriso fotogénico, a cara «amiga» de circunstância para se tornar simpático ao eleitor, são métodos que repugnam ao Partido do proletariado. Os candidatos do PCP não precisam mudar de cara para se submeterem ao voto do eleitorado. É tal como são, como filhos do povo, que se apresentarão ao seu povo. Com uma política coerente, com os pés assentes na terra, isto é, com soluções para os problemas do povo e do país saídas de largos debates com as massas populares.

Essas duas centenas e meia de homens e mulheres não são ilustres aves de arribação caídas na vida política e na luta contra a exploração dos grandes monopólios depois do 25 de Abril. Mesmo os que só agora aparecem em corpo inteiro na luta política trazem muito duma experiência de dezenas de anos de combate, de consciência acumulada nas fileiras do seu partido em mil jornadas ao serviço da classe operária e do povo.

Muitos passaram pelas mãos dos torturadores da PIDE e delas saíram de cara lavada, sem terem traído o seu Partido, o seu povo, a confiança dos seus camaradas. Mais de 440 anos passados nas prisões fascistas, alguns com mais de duas dezenas de anos de encarceramento, mantiveram e fortaleceram neles a indomável vontade de servir a classe operária e o povo do seu País, servir a causa do socialismo e do comunismo, mesmo ao preço da própria vida.

Partido do proletariado, os seus candidatos são uma expressiva imagem da influência do PCP nas mais largas camadas do povo. 85 operários, 49 empregados, 15 técnicos, 10 camponeses, 62 intelectuais, 8 estudantes, 6 pequenos e médios comerciantes e industriais e 12 de profissões diversas.

Operários, industriais e agrícolas; professores, médicos, juristas e engenheiros; escritores, actores e jornalistas — nomes dos mais conhecidos na literatura, na ciência e na arte irmanados com militantes revolucionários saídos das fábricas, dos campos, dos escritórios e animados de um pensamento único de defesa dos interesses do povo.

As mulheres têm na lista do PCP o lugar que lhes é devido como companheiras de luta por uma causa que tem nos seus objectivos a libertação da mulher de todas as servidões.

«Os candidatos são uma viva expressão da história, da luta, da natureza de classe e da influência de massas do PCP» — diz-se no documento da reunião plenária e ampliada do Comité Central.

Aos que nos acusam de incendiar as igrejas e perseguir os católicos oferecemos o panorama de vários candidatos comunistas a quem não foi pedido que renegassem as suas crenças religiosas para entrarem nas fileiras do Partido Comunista. Nas listas do PCP só não estão dois sacerdotes, membros do Partido, porque o Episcopado Português, por razões que tornou públicas, mas com que não se pode concordar, vetou a participação de membros do clero na representação popular.

Sabemos que o anticomunismo vai ser o lema eleitoral de um conjunto de grupelhos, grupos e partidos — alguns dizendo-se ainda nossos aliados — que vão participar no acto eleitoral e que o PCP vai ser «o inimigo principal», o alvo preferido daqueles que têm alguma coisa a perder com o estabelecimento e o reforço de um Estado verdadeiramente democrático neste extremo ocidental da Europa, antes condenado ao «apagado e vil silêncio». Os esforços mais raivosos, que alguns se prepararam para levar até à violência — como ontem se verificou no Instituto Superior Técnico —, vão ser feitos para isolar os comunistas e expurgá-los da cena política.

Será um trabalho vão, condenado ao fracasso mais rotundo. Aqueles que querem isolar-nos serão isolados pelo consenso popular, que hoje já aprendeu a conhecer a verdadeira cara dos comunistas portugueses: patriotas dos melhores, homens e mulheres profundamente enraizados nas massas, revolucionários consequentes que nunca imporão ao seu povo soluções que não tenham a apontá-las a esmagadora maioria dos portugueses.

Aqueles que querem destruir o PCP estão-se destruindo a si próprios, estão a ver-se abandonados por todos os que um dia acreditaram nos seus propósitos demagógicos — quer dizer, falsamente populares — de defensores de ideais democráticos ao serviço das classes trabalhadoras e que depois os viram trilhar um caminho de classe oposto, que os levaria afinal à manutenção das estruturas sociais da burguesia, sob formas já batidas e estafadas no mundo capitalista.

O PCP nunca será isolado porque toda a sua política se insere nos interesses mais profundos das massas populares. Esclarecer pacientemente o povo, auscultar os seus anseios, encontrar com os trabalhadores e todo o povo soluções práticas e objectivamente revolucionárias para os seus agudos problemas, abrir-lhes horizontes políticos novos que o libertem das cadeias do capital monopolista e latifundiário como única forma de resolver historicamente a contradição entre o trabalho e o capital — esse foi o trabalho do PCP durante dezenas de anos, esse vai ser o fulcro de toda a sua acção antes, durante e depois das eleições de Abril.

Na conferência de Imprensa de segunda-feira última, Álvaro Cunhal respondeu a um dos jornalistas:

«O PCP continua com fortes reservas quanto à situação nalguns distritos onde ainda não existem condições para o exercício das liberdades democráticas e a reacção se prepara para tornar ainda mais difícil esse exercício. No entanto, nós aceitamos a batalha e vamos para a Frente.»

Sim, neste dia 6 de Março, na comemoração de 54 anos de luta ininterrupta contra a exploração e a opressão do grande capital e contra o regime colonial fascista apeado no 25 de Abril diremos como nos primeiros dias:

IREMOS PARA A FRENTE!

Consolidar as vitórias alcançadas, reforçar as posições da revolução democrática — tarefa essencial dos candidatos do PCP



AS FUNÇÕES DA PSP E DA GNR FORAM DISTORCIDAS PELO FASCISMO

Durante a luta clandestina do nosso Partido vários são os exemplos de elementos da GNR e da PSP que se ajudaram anonimamente, muitas vezes pondo em risco a sua situação e a sua vida — recordou o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central, durante a sessão de esclarecimento levada a efeito na passada segunda-feira, no Pavilhão dos Desportos, para os elementos daquelas duas corporações militarizadas. Corroborando esta afirmação recordou o exemplo do que se passou em 1961, quando o apoio de um soldado da GNR tornou possível a fuga de dez comunistas presos no Forte de Peniche. Fugiu em que participava, juntamente com o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado do Comité Central, presente também na sessão de esclarecimento.

Concedendo por traçar uma panorâmica da actual situação política, Jaime Serra, focou alguns aspectos que têm merecido maior controvérsia junto da opinião pública. Assim, abordou a questão da unidade sindical explicando que a sua consagração na lei não representava a vitória deste ou daquele partido mas sim a vitória dos trabalhadores que, mantendo a sua liberdade, ficavam livres de ingerências estranhas aos seus interesses. Adviu depois às próximas eleições, em que o PCP concorrerá em todos os distritos, sublinhando a necessidade de se elaborar uma Constituição que defenda os interesses do povo português, a que os elementos da GNR e da PSP pertencem, e onde haja lugar para os trabalhadores construírem uma nova sociedade. Depois de se referir à nacionalização de certos meios de produção e ao boato da reacção segundo os quais o Partido teria como objectivo tirar as terras e as casas a toda a gente, esclarecendo que eram precisamente contrários os objectivos do Partido, ou seja dar terras a quem não as tem e dar casas a quem habita em barracas miseráveis e que o Partido defendia os interesses dos pequenos e médios proprietários, que até agora têm sido vítimas da exploração dos grandes grupos económicos e dos latifundiários. E finalizou:

— Esta construção da sociedade tem de se fazer em paz e em ordem e por isso contamos com a vossa colaboração e o vosso trabalho.

Encarar o futuro com confiança

Joaquim Gomes, que se encontrava na mesa juntamente com Raimundo Narciso, membro suplente do Comité Central, o brigadeiro Neves Cardoso, comandante da PSP, o tenente-coronel Manuel Dantas, comandante da Escola Prática da Polícia, e o major Ramiro Esteves, director de instrução da CI da GNR, usou a seguir da palavra para dizer que naquele momento estavam frente a frente para se compreenderem melhor e apontou a necessidade de um trabalho em comum para todos se entenderem. Falando a seguir do não-entendimento entre os partidos políticos frisou que tal não sucedia por vontade do PCP mas que a unidade defendida por este não podia ser feita de qualquer modo, daí terem surgido algumas dificuldades, acrescentando:

— Para nós a unidade faz-se em volta de princípios fundamentais, como a defesa intransigente das liberdades democráticas, a defesa dos interesses da classe operária e de todo o povo português e ainda, em volta da luta contra os monopólios e os exploradores. Não temos ilusões que a luta vai ser fácil. Sabemos que vai ser difícil. No entanto, se tanta coisa mudou — possibilitando-nos estar aqui — podemos encarar o futuro com preocupações, mas também com muita confiança.

E terminou afirmando: Pensamos que todos os homens são transformáveis. Por isso aqui estamos a dizer: confiamos em vós. E esperamos que vocês confiem também em nós para a construção de um Portugal melhor para todos.

Seguiu-se o período destinado às perguntas e respostas durante

NOTÍCIAS BREVES

● Dando continuidade ao esforço no sentido de dinamizar as actividades culturais e a participação popular nas suas iniciativas, o Centro de Trabalho do nosso Partido nos Olivais-Encarnação promoveu a exibição do filme de Eisenstein «O Couraçado Potemkin». Outros filmes e outras actividades artísticas se vão seguir, abertas a todos os habitantes da zona.

● As células do PCP da EPAL, CRGE, CTT, TLP, Marconi e Função Pública promovem nos próximos dias 15 e 16 uma excursão à Guarda.

ASSINA O "AVANTE!"

A Juventude Comunista e os seus interesses de classe; a Juventude Comunista e a edificação do Portugal democrático; a Juventude e a luta pelos ideais do socialismo e do comunismo.

o qual se verificou uma grande participação da assistência que se encontrava na sala. Jaime Serra começou por esclarecer que a palavra liberdade era um termo abstracto, respondendo a uma pergunta que pretendia saber se o nosso Partido achava compatível a unidade sindical com a Declaração Universal dos Direitos do Homem. E frisou que para um grande proprietário o seu conceito de liberdade é poder explorar os empregados enquanto estes pensam que liberdade é deixar de ser explorados. No entanto, considerou que a unidade sindical expressa na lei foi a consagração da Declaração Universal dos Direitos do Homem, na medida em que defende a liberdade dos trabalhadores impedindo ingerências estranhas aos seus interesses.

Seguidamente, afirmou que a função da GNR e da PSP foi durante anos distorcida dos seus intuitos verdadeiros, sendo utilizadas para reprimir os interesses dos trabalhadores, mas presentemente a acção da PSP e da GNR pode contribuir para a construção do Portugal democrático que todos desejam.

Joaquim Gomes frisou, por seu turno, que o Partido Comunista jamais utilizou a demagogia para conquistar votos fosse de quem fosse e que não era essa a intenção daquela sessão de esclarecimento nem de outras realizadas para a PSP e a GNR, mas antes desfazer desentendimentos através de um diálogo mútuo.

E acrescentou por último que uma corporação não pode ser condenada pelo acto irreflectido



Gabriel Pedro, um camarada sempre presente

NO DOMINGO ENCONTRO NACIONAL DE JOVENS COMUNISTAS

A recente decisão do Comité Central do nosso Partido em criar uma comissão organizadora constituída por jovens trabalhadores comunistas, aos quais atribuiu a tarefa de tomar as medidas organizativas necessárias para a constituição da organização da Juventude Comunista, no mais curto espaço de tempo, constitui, sem dúvida, uma decisão histórica na vida do Partido Comunista Português.

Já lá vão 29 anos desde que o 2.º Congresso Legal do nosso Partido traçou uma viragem em relação ao movimento da juventude, ao dissolver a Federação da Juventude Comunista Portuguesa (FJCP) e ao preconizar a concentração de todos os esforços na criação e desenvolvimento das organizações legais da juventude, na criação de uma organização nacional legal da juventude progressista. Com base em toda a sua experiência de trabalho, o Partido concluiu não ser possível constituir-se ilegalmente uma organização juvenil de massas.

A importante decisão agora tomada de criar a União da Juventude Comunista revela, por si só, quanto profundamente se modificaram as condições de luta no nosso país e as amplas perspectivas que se oferecem à nossa juventude de participar activamente na revolução em curso.

Na conferência de Imprensa realizada no passado dia 4 por alguns elementos da comissão organizadora, nomeadamente José Pedro Soares, César Roussado, Manuel de Oliveira Gonçalves e Fátima Garcia, foram divulgados alguns pormenores relacionados com a nova organização juvenil. Assim, realizou-se no próximo dia 9, domingo, às 10 horas da manhã, no Pavilhão dos Desportos, um Encontro Nacional de Jovens Comunistas onde será apresentada uma Proclamação de Princípios da UJC e a constituição da Comissão Central provisória.

Os principais pontos da Proclamação constam, entre outros: A Juventude Comunista e os seus interesses de classe; a Juventude Comunista e a edificação do Portugal democrático; a Juventude e a luta pelos ideais do socialismo e do comunismo.

de um dos seus elementos, como por vezes se pretende fazer. A sessão terminou com algumas palavras do brigadeiro Neves Cardoso que salientou o interesse de troca de ideias e do esclarecimento ali processado.

HOMENAGEM A GABRIEL PEDRO

Por ocasião da passagem do terceiro aniversário do falecimento do camarada Gabriel Pedro foi prestada homenagem à sua memória no cemitério de Almada.

Nesta homenagem singela, além de representante familiar e de outros camaradas da localidade esteve presente o camarada Pires Jorge, do CC que proferiu algumas palavras alusivas à actividade revolucionária de Gabriel Pedro e colocou na campa uma palma de flores.

O camarada Gabriel Pedro começou a sua actividade revolucionária desde muito jovem.

Entrou para o Partido na década de 20 e desde então até ao seu falecimento a sua vida esteve sempre ligada à luta antifascista.

Vítima da feroz repressão, sofreu as torturas dos esbirros da PIDE e esteve vários anos preso no campo da morte do Tarrafal.

Uma vez em liberdade pros-



seguiu no caminho da luta. Mais tarde, perseguido pela PIDE foi obrigado a emigrar para França. Em Paris, na década de 60, desenvolveu uma actividade assinalável junto dos emigrados portugueses onde gozava da maior simpatia, participando mesmo doente à cabeça das manifestações.

Atingido por uma doença grave faleceu em Paris. Depois do 25 de Abril e cumprindo um dos seus desejos a sua abnegada companhia trasladou para Portugal os seus restos mortais.

Nas palavras que o camarada Pires Jorge proferiu foram aforados aspectos da vida, estadia no Tarrafal e da sua actividade na emigração, terminando por afirmar que o PCP é hoje um Partido nacional, fortemente implantado nas nossas terras. Para isso, salientou o camarada, contribuiu a actividade dos camaradas mais velhos como é o caso do camarada Gabriel Pedro. Por último, foi observado um minuto de silêncio à memória do camarada.

NOME DE BAIRRO NO FEIJÓ PARA BENTO GONÇALVES

O nome do nosso querido camarada Bento Gonçalves, firmemente assassinado pelos fascistas há trinta e três anos, permanece ainda hoje no pensamento dos comunistas portugueses, no coração da classe operária, na memória do povo trabalhador. No passado domingo, precisamente no dia em que completaria 73 anos, o nome do camarada Bento Gonçalves foi dado a um bairro habitado por gente do povo. Do povo a que Bento Gon-



O povo não esquece os seus heróis

calves pertenceu e cujos interesses defendeu até às últimas consequências. Acto por tanto de inteira justiça, conformente salientou o camarada Francisco Miguel, do CC do nosso Partido, na breve alocução que pronunciou no decorrer da cerimónia realizada.

O nome de Bento Gonçalves está intimamente ligado à história do PCP, a cujo desenvolvimento deu uma contribuição valiosa. Com a idade de 27 anos, Bento Gonçalves foi eleito secretário-geral do Partido Comunista Português, cargo que conservou até à sua morte. Da história do nosso Partido, que é a história de 48 anos de luta contra o fascismo e em defesa dos interesses do povo, o nome de Bento Gonçalves nunca será apagado — afirmou o camarada Francisco Miguel.

Após ter salientado que o camarada Bento Gonçalves foi o revolucionário, foi o comunista que dedicou toda a sua vida e toda a sua extraor-

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO DE NORTE A SUL DO PAÍS

BEJA — Podem estar certos, camaradas e amigos, os comunistas não voltarão a cara ao inimigo. E como não o fizeram dezenas e dezenas de anos na clandestinidade arrastando todos os sacrifícios, também não é agora que voltarão a cara a nenhum inimigo, seja ele qual for — afirmou o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da nossa Comissão Política, em Beja, numa sessão de esclarecimento promovida pela Comissão Concelhia e realizada no ginásio do liceu.

Com cerca de 1500 pessoas, a sessão decorreu num ambiente entusiástico, frequentemente interrompida com aplausos e vivas ao nosso Partido.

Antes da intervenção de Joaquim Gomes, falou, pela Comissão Concelhia, António Bernardo; João Honrado, pela Comissão Distrital, e Francisco Lampria, pela UEC de Beja.

EVORA — Nas últimas duas semanas a actividade de esclarecimento do nosso Partido, movimento milhar de pessoas em numerosas localidades deste distrito, onde se realizaram sessões com viva e activa participação popular. Os temas predominantes, centra-ram-se nos problemas que mais directamente afectam as classes trabalhadoras, como o desemprego, consequência imediata da sabotagem económica conduzida pelos grandes agrários que ainda não perderam a esperança de um regresso à situação de privilégio que desfrutavam no regime fascista. A conjuntura política actual, o papel que alguns partidos políticos estão a desempenhar na campanha anticomunista, que visa a manutenção das estruturas monopolistas, o significado das eleições e a necessidade de um esforço permanentemente ali-

mentado da aliança entre as forças populares e o MFA foram outros aspectos focados e que serviram de base a troca proveitosa de experiências, sendo salientados os pontos do programa do nosso Partido que caracterizam a situação económica, social e política e indicam as soluções adequadas. Os interesses locais — pois muitas das povoações do distrito não desfrutam ainda de rede de água e saneamento, até de electrificação — foram outros dos pontos quentes focados na maioria das sessões, designadamente em Amieira (Portel). Além desta localidade, realizaram-se sessões em Casa Branca (Montemor-o-Novo); Freixo (Redondo); Estremoz e Velhos; Brotas e Malarrenha (Mora); Nossa Senhora de Machede e Torre dos Coelhoos (Évora); Bencatel (Alandroal); São Miguel de Machede (Évora); Vera Cruz (Portel); Pirovilas, Caridade e Campinho (Reguengos de Monsaraz).

POMARELHOS — A vila real — Pomarelhos é uma aldeia transmontana de pequenos e médios agricultores, onde os nossos camaradas foram muito bem recebidos. A população mostrou muito interesse em saber qual a posição do nosso Partido em relação à religião, ao ensino, à reforma agrária e à comercialização dos produtos agrícolas. A sessão decorreu dentro da melhor harmonia e entusiasmo na sala da escola primária, que se encontra completamente cheia.

VILA REAL — (Para os trabalhadores da Caixa de Previdência) — Teve lugar numa das salas da Caixa de Previdência de Vila Real, uma sessão de esclarecimento do PCP, e pedido dos próprios trabalhadores. E de salientar a preocupação que todos os presentes tiveram na preparação prévia das questões a pôr, facto que contribuiu grandemente para o total êxito da sessão. Para é que outros organismos não sigam o exemplo da Caixa de Previdência de Vila Real.

VILA SECA — ADOUFE — VILA REAL — Com a presença de cerca de 60 pessoas, realizou-se na cantina da escola primária, uma sessão de esclarecimento do nosso Partido. Foram feitas bastantes perguntas sobre a vida na URSS e sobre o que pensa o PCP em relação a problemas da agricultura. A reacção quase não se fez notar, se bem que tivessem sido proferidas ameaças contra os camaradas que orientaram a sessão.

LORDELO — VILA REAL — Muitas pessoas estiveram presentes numa sala da escola primária de Lordelo, quando da sessão de esclarecimento do nosso Partido. Várias perguntas foram feitas aos nossos camaradas, tais como a posição do Partido face à reforma agrária, à Igreja, ao ensino e ao momento político actual, e ainda algumas perguntas relacionadas com os países socialistas.

CAROCEDO — BRAGANÇA — Promovida pelo nosso Partido, realizou-se uma sessão de esclarecimento, ao ar livre, nesta localidade. Além de outros, foram discutidos os problemas que mais preocupam os habitantes desta zona, incluindo os que se referem à agricultura.

BAGUEIXE — MACEDO DE CAVALIROS — Realizou-se, na casa do povo, uma sessão de esclarecimento promovida pelo PCP de Bragança. Além de problemas respeitantes à agricultura, foram abordadas algumas questões de ordem social. No final da sessão verificaram-se bastantes adesões.

VILARELHOS — ALFÂNDEGA DA FE — Na casa do povo da localidade, realizou-se mais uma sessão de esclarecimento do nosso Partido. Estiveram presentes cerca de 130 pessoas, e discutiu-se a posição do Partido acerca da religião e da agricultura. Esclareceram-se, também, boatos e falou-se do arrendamento rural.

TORRE D. CHAMA — MIRANDELA — Com a presença de 300 pessoas, realizou-se uma sessão de esclarecimento em Torre D. Chama. Durante esta, houve tentativa de boicote por parte de um grupo organizado para tal fim, pelos caciques locais. A população presente reagiu a essa tentativa de impedir o esclarecimento. Postos na rua os provocadores, a sessão continuou bastante animada com a discussão de alguns problemas de grande interesse.

ALCOBACA — A Comissão Concelhia de Alcobaca do PCP tem realizado várias sessões de esclarecimento nas povoações rurais do concelho, nomeadamente em Boa Vista (150 pessoas), Alpedriz (300 pessoas), Maorga (400 pessoas), Benedita (800 pessoas), Alfaiço (400 pessoas) e Alcobaca (1000 pessoas). No passado dia 1 realizou-se também uma sessão de esclarecimento em Castanheira, freguesia de Cos, com a presença de Maria da Piedade Morgadinho, da DORR, Manuel Beja, da Comissão Distrital de Leiria, e Albino Serrano, Bertilde Ferreira e Timóteo, da Comissão Concelhia de Alcobaca. Nesta sessão verificou-se uma grande participação das massas camponesas e operárias discutindo problemas ligados à agricultura e a realização no próximo domingo da 1.ª Conferência de Camponeses de Leiria e ainda problemas ligados à vida nos países socialistas, como o ensino, assistência médico-social e eleições.

AMIAIS DE BAIXO — Mais de 500 pessoas, nomeadamente camponeses e trabalhadores das indústrias de cerâmica, metalomecânica e serrações, participaram numa sessão de esclarecimento em Amiais de Baixo, no concelho de Santarém, tendo usado da palavra os camaradas Álvaro Mateus e João Ramos. O diálogo com a assistência decorreu animadamente, e a sessão, a primeira realizada na região, foi um êxito. Um pequeno incidente foi imediatamente resolvido por um grupo de reacçãoários,

sem nada a ver com os trabalhadores presentes, tentou criar a confusão e boicotar os esclarecimentos prestados pela mesa, mas as vozes dos fascistas foram imediatamente abafadas pelos gritos de «viva o PCP» e «fora a reacção» lançados pela assistência.

ALGÉS — No passado dia 13, o núcleo de Algés do Partido Comunista Português promoveu uma sessão de esclarecimento na União Desportiva e Recreativa de Algés (de clima). Explicada a situação política actual, a posição do nosso Partido face às eleições e a organização das grandes assembleias locais, travou-se um animado debate entre a mesa e a assistência. A sessão foi presidida, pelo camarada Álvaro Mateus, da DORL, fazendo parte da mesa os camaradas Ana Pinheiro, Gomes dos Santos e António Ribeiro, todos da organização local.

A situação política actual, as grandes assembleias locais, o plano económico de emergência, a insti-

tucionalização do MFA, o PCP face às eleições, foram os temas tratados na sessão de esclarecimento que o nosso Partido promoveu, no dia 19, no Clube Recreativo Atlético de Algés. Orientou a sessão a camarada Lurdes Machado, trabalhadora da Sorefame, que presidiu à mesa, da qual faziam parte os camaradas Ana Pinheiro e Paulo Coutinho, da organização local.

CRUZ QUEBRADA — Realizou-se na Cruz Quebrada, promovida pelo núcleo local da célula da freguesia de Camaxide, uma sessão de esclarecimento a que assistiram cerca de 130 pessoas.

Os principais pontos focados foram a posição do nosso Partido para as eleições, análise do momento político e assembleias populares. Seguiu-se um debate com a assistência. Constituiu-se a mesa os camaradas Luís Levy, da Comissão de Freguesia Lurdes Machado, do MDL, António Ramos e Esteves, da célula da Carris, e Amador, do núcleo local.

Sessões e comícios

- HOJE
 - PORTO — Palácio de Cristal, às 21 e 30.
 - ALHOS VEDROS — Às 21.
- AMANHÃ
 - CUILHOFREI (Vieira do Minho) — Sessão de esclarecimento na escola primária, às 21 e 30.
 - MOLEIRA DO REI (Fafe) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - LAGO (Amares) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - CREIXOMIL (Guimarães) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - VILA COVA (Barcelos) — Sessão de escl. na Casa do Povo, às 21 e 30.
 - QUALTER (Braga) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - QUALTAR (Braga) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - VILAR DE MOUROS (Caminha) — Sessão de escl. no Centro de Instrução e Recreio, às 21 e 30.
 - MESÃO FRIO — Sessão de escl., às 21.
 - VIÇEU — Sessão de escl. nos CTT, às 21 e 30.
 - CELORICO DA BEIRA — Sessão de escl. na Casa do Povo, às 21.
 - NOSSA SENHORA DE MACHEDE (Évora) — Sessão de escl. na Casa do Povo, às 21.
- SABADO
 - PERRE (Viana do Castelo) — Sessão de escl. na escola primária do Calvário, às 21 e 30.
 - CASAL DO LOBO — Sessão de escl., às 21 e 30.
- DOMINGO
 - BRAGA — Comício no pavilhão gimnodesportivo, às 21 e 30.
 - RIBA DE ANICORA (Caminha) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - SANTIAGO (Vila Chã — Ponte da Barca) — Sessão de escl., às 9.
 - JOÃO BAPTISTA (Vila Chã — Ponte da Barca) — Sessão de escl., às 9.
 - NOGUEIRA (Ponte da Barca) — Sessão de escl., às 9.
 - S. PEDRO (Vade — Ponte da Barca) — Sessão de escl., às 9.
 - VILA NOVA DE CERVEIRA — Comício na escola do ciclo preparatório, às 16.
 - CAMPO DE BESTEIROS — Sessão de escl. no ginásio da escola, às 21 e 30.
 - BORDALO (Coimbra) — Sessão de escl. no Centro Recreativo Juvenil, às 21 e 30.
 - ANAGUEIXE — Sessão de escl. na escola primária, às 18.
 - S. MIGUEL DE POIARES — Sessão de escl. no centro recreativo, às 21.
 - ALMAS DE FREIXE (Coimbra) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - S. CAETANO — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - ESPINHO (Miranda do Corvo) — Sessão de escl., às 21.
 - ALCABIDEQUE — Sessão de escl., às 16.
 - AZARUJA — Homenagem a Ferreira Marquês, militante comunista assassinado pela PIDE, às 11.
 - ÉVORA — Sessão de escl., às 21.
- SEGUNDA-FEIRA
 - REPEZES (Viseu) — Sessão de escl., às 21.
 - VALDELE DAS MAIAS (Tondela) — Sessão de escl., às 21.
 - VALDOZENDE (Terras do Bouro) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - DORNELAS (Amares) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - CAMPOS (Vieira do Minho) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - ABOIM DA NÓBREGA (Vila Verde) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - PINHEIRO (Guimarães) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - MIR DE TIBAES (Braga) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - GALEGOS (Santa Maria — Barcelos) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - FORJÃES (Espouende) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
- TERÇA-FEIRA
 - CONDE DE S. MARTINHO (Guimarães) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - PENEDO VENTOSA (Vieira do Minho) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - DIAS IGREJAS (Vila Verde) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - APÚLIA (Espouende) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - S. PEDRO DE ESTE (Braga) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - TRAVASSOS (Póvoa de Lanhoso) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - TARNELO (S. Veríssimo — Barcelos) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - CARIA (Moimenta da Beira) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - SANTA CRUZ DA TRAPA (S. Pedro do Sul) — Sessão de escl. na Casa do Povo, às 21.
 - TORREDEITA (Viseu) — Sessão de escl., às 20 e 30.
 - ARMAMAR — Sessão de escl. no salão dos bombeiros, às 21.
- QUARTA-FEIRA
 - S. PEDRO DE FRANCE (Viseu) — Sessão de escl. na escola primária, às 21.
 - S. MARTINHO DE PÉRA (Moimenta da Beira) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - VARZEA DE ABRUNHAIS (Britiande — Lamego) — Sessão de escl. na escola primária, às 20 e 30.
 - FORNELLOS (Fafe) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - IGREJAS (Tabuaças — Vieira do Minho) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - RESELHE (Fafe) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - CALVELAS (Amares) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - SELHO (S. Lourenço — Guimarães) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - CABANELAS (Vila Verde) — Sessão de escl. na escola primária, às 21 e 30.
 - ESPORÕES (Braga) — Sessão de escl. na Casa do Povo, às 21 e 30.
 - LÍJO (Barcelos) — Sessão de escl. na Casa do Povo, às 21 e 30.
 - ALÍJO — Sessão de escl., às 21.

Comício no Porto do sector intelectual do nosso Partido

COM O PCP PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO E DA CULTURA

O PCP foi sempre um partido de características proletárias. Isto não obteve que intelectuais portugueses tenham tido um importante papel em toda a história do nosso Partido. Entre tantos outros, bastará citar Álvaro Cunhal, Alberto Araújo, Soeiro Pereira Gomes, José Dias Coelho e Bento Caração. Mas não foi apenas na história do Partido que os intelectuais tiveram um papel fundamental. Tiveram-no igualmente em toda a história da luta antifascista. Intelectuais do Porto, dos de mais elevada estatura intelectual e moral, tiveram sempre um papel de primeiro plano na resistência antifascista. Entre tantos outros, bastará citar Rui Luís Gomes, Abel Salazar, Oscar Lopes e Armando de Castro.

Estas palavras do membro do Comité Central do nosso Partido, Carlos Costa, no início da sua intervenção a encerrar o grandioso comício levado a cabo pelo sector intelectual no Cinema Carlos Alberto, foram vivas e entusiasticamente aplaudidas pela grande multidão que ali ocorreu.

«A massa dos intelectuais deve estar presente no movimento popular, presente na batalha para a criação de uma sociedade nova. Houve uma época em que eram raros os intelectuais comunistas. Hoje, o seu número tem aumentado; muitos participaram activamente nas transformações progressistas da sociedade. No momento actual, a sua presença é indispensável para a confirmação dessas transformações.» — Este extracto de um texto ali distribuído dirigido expressamente aos intelectuais teve mais do que nunca cabimento, dando o grande número que ali ocorreu. Veio demonstrar que no nosso Partido ou com ele, muitos intelectuais dão o seu esforço na reconstrução de um Portugal novo, finalmente livre e independente.

Presidiu a eng.ª Virgínia Moura, vendo-se na mesa, entre várias figuras intelectuais do Porto, o dr. Oscar Lopes e eng. Oliveira Dias, respectivamente directores das Faculdades de Letras e Engenharia.

Depois de uma intervenção inicial de António Abreu que falou do papel importante que desempenharam e terão de desempenhar os intelectuais, seguiu-se Rui Lima Jorge que, em representação das células de imprensa, rádio e televisão, alertou para a despesa de uma ofensiva sobre os órgãos de Comunicação Social, ainda comandados pelos grandes grupos económicos. No seguimento da sua intervenção recordou a actividade do jornal «Avante!» e da emissora Rádio Portugal Livre, terminando por fazer um apelo para o caminhar numa via de democratização dos órgãos de Informação, pedindo um voto caloroso de adesão para a posição assumida pelos trabalhadores da Rádio Renascença.

Rui Lima Jorge, calorosamente aplaudido, prosseguiu depois para anunciar o envio de um telegrama de todos os presentes para os trabalhadores da Rádio Renascença.

O eng. Oliveira Dias traçou, depois, uma análise e fez um levantamento de actualidade do ensino e das suas carências. Assim, salientou a dado passo que neste momento há 37 por cento de analistas do País que não podem saber o que a imprensa livre lhes oferece para ler.

Referindo-se à actual greve dos liceus, o orador seguiu, Joaquim Pina Moura, disse: «Estamos perante uma das maiores ofensivas que a direita moveu depois do 25 de Abril. Generalizou-se nos liceus um clima de anarquia. No seguimento das suas intervenções abordou ainda o serviço cívico, a que já aderiram 10 mil estudantes.

Apresentado um trabalho sobre as carências nacionais no campo da saúde, o orador seguinte, dr. António Graça, disse que as massas trabalhadoras vêm exigindo condições sociais de modo a evitar a doença. Referindo-se à questão política que é o problema da saúde, leu uma passagem de um discurso

de Samora Machel, proferido em 1962:

«Não se entra e não se é tratado no hospital capitalista em função das necessidades. Quando se é

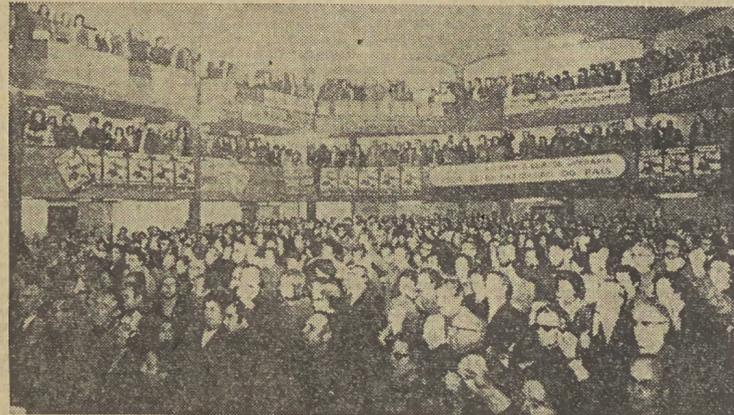
mas a sua transformação em assalariados permite que descubram os seus interesses, próximos da classe operária e cada vez mais opostos aos do grande capital monopo-

o e a acção revolucionária transformadora. O marxismo é hoje a única síntese criadora e científica num mundo movido e

ber da luta revolucionária. Evolução e enriquecimento, radicalmente oposto a doutrinas petrificadas e dogmáticas. Para a cultura, para a arte, para a acção política, o marxismo não é um freio, mas um fermento. Por isso, será verdadeiramente um acto imoral invocar o marxismo como facho alguns na mira de uma cobertura atractiva e demagógica para uma política de submissão ao capital monopolista. O marxismo é a ideologia científica da única classe verdadeiramente revolucionária: o proletariado. Não pode servir para encobrir uma acção política oposta aos reais interesses desta classe e do seu aliado. Como mera fachada para objectivos reformistas e, objectivamente, contra-revolucionários.

Os intelectuais ao lado das classes exploradas, no Partido Comunista

Os intelectuais que se queiram ao lado das massas exploradas e oprimidas, que se queiram consequentes só



A mesa que presidiu ao comício no Porto

pobre, quando não se tem influências poderosas, é difícil arranjar-se uma cama no hospital, e no entanto, o cancro devora-te a carne, a tuberculose roí-te os pulmões, a febre queima-te o corpo. O rico, o senhor, o patrão, esse não tem a mínima dificuldade em obter quem o acompanhe. Mobilizam-se médicos e professores da faculdade para tratar a constipação do grande capitalista, para curar a prisão de ventre do senhor juiz, mas ao fado morrem crianças, morrem homens, porque não tiveram dinheiro para chamar o médico.

Na zona do inimigo, os cães dos ricos têm mais vacinas, mais medicamentos, mais cuidados médicos do que os trabalhadores que constituíram a riqueza do rico.

Distinção entre trabalho manual e intelectual

Depois de em nome do Comité Central do nosso Partido saudar os intelectuais comunistas e todos os intelectuais antifascistas do Porto, que tendo sabido elevar-se às alturas do pensamento científico ou da criação literária e artística se mantiveram sempre solidários, unidos, fundidos com o povo de onde nasceram, o camarada Carlos Costa passou a referir-se à luta de muitos e grandes intelectuais contra o terrorismo fascista que, «so objectivamente esteve ao serviço do Povo Português, subjectivamente actuou na própria formação dos intelectuais. Nos seus justos interesses de homens que se queriam livres na criação artística e cultural e na difusão do seu pensamento, identificavam-se com os interesses gerais de todo o povo que lutava pelas liberdades democráticas.»

Os intelectuais não constituem, como os operários, uma classe, mesmo uma categoria social homogênea: distribuem-se sobre um espaço social largo, que vai da pequena percentagem que se inclui na classe operária até alguns que pertencem, por origem ou pela função que ocupam, à alta-burguesia. A sua situação profissional não coloca a maior parte no centro do antagonismo da sociedade actual, aquele que opõe, sem reconciliação possível, o capital e o trabalho. Uma grande parte dos intelectuais trabalha fora da esfera onde são produzidos os bens materiais. Precisamente por isso, os intelectuais adquirem certos traços característicos, que enfermam o seu comportamento social. Para a maior parte, o estrato social de origem e a camada social de destino são idênticas — equiva e média-burguesia, categorias intermédias — e nem operários, nem capitalistas.

No prosseguimento da sua intervenção, adiantou:

«O trabalho dos intelectuais diferencia-se da massa dos produtores, expulso da mais-valia, pois a distinção entre o manual e o intelectual conserva-se, no capitalismo, muito marcada em geral. Porém e apesar dos mais elevados rendimentos que auferem em relação aos operários mais qualificados, ultrapassou-se uma situação em que uma minoria («élites», «doutores»), se reserva a possibilidade de um trabalho criador, completo e independente, para uma situação em que maior número de intelectuais sofre cada vez mais, um trabalho repetitivo, fragmentário e dependente.

Assim, tal como os operários, conhecem a angústia de amanhã: desemprego dos quadros, despedimentos após concentração de empresas, enorme massa de auxiliares e eventuais no ensino, ausência completa de condições para o reduzido pessoal de investigadores, prepotências e vexames por parte dos administradores e grandes empresários, travagem da cultura e da ciência e transformação da arte em mercadoria (arte ao serviço não do povo, mas dos bancos e banqueiros que a compram como forma de entesouramento capitalista).

O marxismo: poderoso contributo científico da cultura mundial e portuguesa

Através do estudo, do trabalho profissional e da investigação, da sua praxia social e da própria dinâmica da realidade que o envolve, vai também o intelectual descobrindo a ciência que Marx fundou e o proletariado enriqueceu: o materialismo histórico e dialéctico. A partir daí se habitam a constatar a importância decisiva desses instrumentos do conhecimento e transformação do real.

O marxismo tornou-se um elemento da cultura mundial e portuguesa: pelo seu poderoso e decisivo contributo científico, pelo seu peso político, pelas obras que inspira, pela imensa experiência humana que anima.

As ideias directivas do socialismo científico prolongam o racionalismo idealista, ultrapassando-o por um método novo, por um aprofundamento do materialismo, por uma luta sem tréguas a todas as formas de mistificação, paralisantes da compreensão científica dos fenómenos e geradores de ilusões e utopias, que entravam o avanço dos conhecimentos

complexo, num Portugal ferilhante de conflitos de classe. Ele constitui, afinal, o sa-

Analisando a vaga grevista que assolou, por todo o País, numerosos estabelecimentos do ensino secundário, a célula dos professores comunistas da DORL, recorda que a ausência de perspectivas e de alternativas claras e consequentes, o oportunismo em que se baseia e a paralisação das escolas que provoca levam a concluir que a greve só pode servir objectivamente as forças reacçãoárias.

Consideram pois que as tentativas de paralisar as escolas, sob qualquer pretexto, são efectivamente manobras de sabotagem do processo revolucionário em relação ao ensino, na medida em que impede a participação conjunta e organizada, a partir do local de trabalho, de professores e estudantes na transformação do ensino, ao mesmo tempo que, dificultando a entrada massiva de professores e estudantes no processo revolucionário em curso, permite que as suas movimentações vão a reboque das provocações reacçãoárias e, por outro lado, dá oportunidade a que recrudescer e se transforme em gritaria o palavreado contra-revolucionário daqueles que trabalham mais ou menos claramente pelo regresso à «ordem» brutal do fascismo.

Enfrendo em seguida que a greve é claramente apoiada pelos elementos reacçãoários que desejam e esperam provocar medidas de força que a reprimam para depois falarem de «escassa» e de «ameaça às liberdades», o documento salienta que mais uma vez, se dão as mãos os sectores mais desesperados e sem princípios da dita «esquerda» e os reacçãoários que, nas escolas, incensuram a greve e com um paternalismo abjecto, abusando da imaturidade política de alguns jovens, intrigam e caluniam para provocar o «saneamento» de professores provavelmente progressistas.

Prosseguindo na sua análise, os professores comunistas pensam por ou o lado que a medida agora tomada pelo MEC, repentinamente, sem prévia discussão e consulta de professores e estudantes e desligada de qualquer estratégia viável e clara quanto a uma política de ensino progressista, de modo algum vem resolver problemas. Este decreto sobre as médias de dispensa traduz mais uma vez a dificuldade que o actual MEC tem de apresentar uma política de transformação democrática da escola. E acrescenta o comunicado: Os professores comunistas explicam esta dificuldade do MEC pela falta quase total de saneamento e ainda pelo facto de a correlação de forças políticas, nele existente, não ser a que é exigida pela fase actual do processo democrático, conduzindo assim à inexistência ou à sabotagem de uma estratégia progressista, cada vez mais urgente para o ensino. Assim, acontece que o que neste campo tem sido feito não acompanha o que o avanço da democratização geral exige.

Apoiando a luta corajosa conduzida nas escolas pela UEC, contra a paralisação, pela discussão, organização dos problemas do ensino e pelo avançar de propostas de solução efectivamente democráticas, os professores comunistas apelam para que os elementos verdadeiramente progressivos mantenham os trabalhos e, ao mesmo tempo, discutam organizadamente os problemas de avaliação de conhecimentos ou de

arendizagem, suas formas e critérios; que durante o resto do ano lectivo consigam, evitando o boicote e a desmobilização, discutir o problema da gestão, visando a revolta do decreto, a reestruturação de

acompanhada de uma política de unidade entre as forças progressistas para que se possa fazer frente às tentativas de paralisar as escolas e para que se possa em estreita ligação com as massas po-

uma série de boatos e calúnias, não atendendo à capacidade de quem fazia parte das listas, mas apenas à sua filiação partidária e ao facto de alguns dos seus membros serem comunistas.

colas, para o que se torna indispensável a unidade de todos os elementos progressistas das escolas contra a reacção.

Os trabalhadores não permitem que demagogicamente filhos de classes privilegiadas evocuem o seu nome para a defesa de objectivos que nada têm, a ver com os autênticos interesses dos trabalhadores — refere um comunicado assinado por vários sindicatos do distrito de Évora, pelo MDP/CDE e ainda pela Comissão Distrital do nosso Partido.

No documento em causa faz-se referência à greve do Liceu Nacional de Évora e condena-se a atitude do governador civil do distrito que numa reunião convocada para o liceu e para a qual foram convidados um representante do MFA e elementos dos sindicatos e dos partidos políticos afirmou que no dia seguinte o liceu estaria a funcionar. Manifestando na sua maioria o descontentamento com a decisão do MEC mas também pela forma como alguns estudantes conduziram a luta (greve, ocupação, ocupação, assalto a cantina e outros processos), os signatários do comunicado afirmam que o problema do ensino não pode ser resolvido com medidas que não modifiquem profundamente o carácter de classe do ensino existente, quer elas venham por parte do MEC ou de grupos de estudantes da alta burguesia que não representam os interesses da maioria dos estudantes e muito menos os interesses do Povo trabalhador. E acrescentam que a resolução do problema passa pela introdução de profundas modificações das estruturas ainda existentes, tendo em vista criar um ensino que possa servir os interesses autênticos do povo trabalhador, salientando igualmente a necessidade de um justo saneamento em relação a certos sectores do MEC.

Como estaria o País se os trabalhadores agrícolas fizessem o mesmo que os filhos dos grandes agricultores fazem nos liceus? — interroga o comunicado, recordando que enquanto a grande maioria dos filhos dos trabalhadores não têm ainda acesso ao ensino, não pode deixar de ser denunciado que alguns meninos ricos esbanjam o dinheiro gasto com o ensino, dinheiro que provém do esforço dos trabalhadores.



Encontra-se no nosso país uma delegação do Partido Comunista Francês, dirigida por Robert Lakota, membro do Comité Central, que é acompanhado por Guy Fulero, Georges Girard e Yvette Gervel. A delegação, que foi recebida no aeroporto por dirigentes do nosso Partido, deslocou-se a Portugal com o objectivo de estabelecer contactos com a vida política e social portuguesa com vista a uma análise da situação no nosso país. Os camaradas franceses visitaram a redacção do «Avante!» e já contactaram, em Beja, com os trabalhadores rurais e as suas organizações de classe. Durante a sua visita e no sentido de observarem a situação política portuguesa, deverão ainda visitar algumas fábricas e estabelecimentos de ensino, antes de regressarem, no sábado, ao seu país.

O ENSINO NÃO ESTÁ A ACOMPANHAR O AVANÇO DA DEMOCRATIZAÇÃO — afirmam os professores comunistas



No passado dia 25 realizou-se em Beja uma grande manifestação popular, com a presença de milhares de pessoas, destinada a apoiar a normalização da vida escolar. Os trabalhadores e o povo alentejano mostraram, mais uma vez, qual a direcção necessária à consolidação e ao avanço da democracia.

«cursos e programas e as necessárias transformações no ensino; que os pais e encarregados de educação sejam chamados a participar para que se esclareçam e sejam mobilizados num sentido progressista; e que professores e estudantes, na discussão destes problemas, se liguem estreitamente aos trabalhadores, às massas populares, motores fundamentais do processo em curso, em aliança com o movimento revolucionário democrático das Forças Armadas.

Salientando por último que se trata de um trabalho duro e difícil mas a desempenhar entusiasticamente, o comunicado aponta para o Encontro Nacional de Trabalhadores Estudantes e as Assembleias Populares de conselho de bairro — onde se discutem problemas locais e globais de ensino — como exemplos concretos e altamente positivos do caminho a seguir e da mobilização a alargar.

Sessão no IST

A Reforma Geral e Democrática do Ensino e o papel dos professores na construção da democracia foram alguns dos pontos tratados durante a sessão de esclarecimento promovida pela célula de professores comunistas da DORL, que recentemente se realizou no Instituto Superior Técnico. A assistência que participou no debate levantou questões sobre problemas presentes, sectoriais e globais do ensino, as possibilidades de avanço do processo revolucionário, do saneamento e do Plano Económico da Emergência e ainda a política de intercâmbio com os países socialistas.

Em relação aos vários problemas do ensino foi defendida a necessidade da mobilização das massas,

pulares fazer avançar a realização da Reforma Geral e Democrática do Ensino. Outro assunto diversamente referido pela mesa e pelos participantes foi a necessidade de um saneamento rigoroso e revolucionário.

Saneamento e unidade: tarefas prioritárias

As tarefas prioritárias do ensino são o saneamento com o máximo de eficiências possível, a mobilização de toda a população escolar com o fim de se criarem as bases para a Reforma Geral e Democrática do Ensino e o efectivo e imediato saneamento do Ministério da Educação e Cultura, cuja inoperância tem sido uma das causas do clima de instabilidade verificado nas escolas, segundo se refere num comunicado dos professores comunistas do conselho de Almada distribuído à população.

Esclarece o documento que a inexistência de uma linha política claramente definida pelo MEC facilita a actuação da reacção nas escolas e encoraja acções que não têm por objectivo a democratização dos órgãos de gestão, dos programas e métodos de ensino, acções essas acompanhadas de uma ampla campanha anticomunista. E exemplifica o comunicado: Nalgumas escolas, quando da apresentação de listas para os concelhos directivos, consideraram os professores comunistas importante a sua participação ao lado de outros elementos progressistas, tendo em vista estabelecer uma sólida unidade entre todas as forças democráticas nas escolas. Foi então que, nalguns casos, a reacção, aproveitando-se da despolitização de alguns, lançou

Noutros casos pretende-se atribuir a responsabilidade do anormal funcionamento das escolas à actuação dos comunistas, relegando para segundo plano as suas verdadeiras causas e ignorando que os comunistas se batem pela não paralisar das escolas, por considerarem que esta levaria a uma desmobilização e só com um trabalho constante se conseguiria uma activa democratização do ensino.

Apelando para a vigilância contra manobras semelhantes, os professores comunistas de Almada, lado a lado com a classe operária afirmam o seu intento de que o processo revolucionário prossiga com firmeza, dentro e fora das es-



PEDIDOS À EDITORIAL «AVANTE!» (AV. SANTOS DUMONT, 57, 2.ª, LISBOA) E CENTROS DE TRABALHO DO PCP

CONTRATAÇÃO COLECTIVA: UMA ARMA DOS TRABALHADORES

Foram publicados recentemente vários contratos e acordos colectivos, negociados directamente com o patronato, nos quais são notórias melhorias substanciais conquistadas pelos trabalhadores, nomeadamente no que respeita à garantia de emprego, trabalho feminino, menores diferenças entre salários das várias categorias profissionais, com benefício para as remunerações mais reduzidas e condições mais favoráveis na prestação de horas extraordinárias.

Desses contratos, quase todos de âmbito nacional e aplicáveis a muitos milhares de trabalhadores, destacamos os que nos parecem mais significativos pelo que (também eles) representam como forma de luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, proibindo ou tornando menos fáceis os despedimentos e outras prepotências e arbitrariedades de várias ordens, facilitando, ao mesmo tempo, a admissão de trabalhadores pela decidida redução do trabalho extraordinário e obtendo regalias noutros campos, como seja a instalação de cantinas em condições favoráveis, a obrigatoriedade do fornecimento de transporte para os locais de trabalho e um acesso mais fácil e justo a categorias profissionais superiores.

Contra os despedimentos abusivos

Numa acta adicional ao Contrato Colectivo celebrado com o Grémio Nacional dos Importadores de Material Electrónico, que entrou em vigor no princípio deste mês, os 13 sindicatos e 4 federações sindicais intervenientes afirmam que, «no decurso das negociações desta Convenção Colectiva de Trabalho, várias entidades patronais despediram trabalhadores ao seu serviço», apesar de logo no início dos contactos com o patronato, os sindicatos proponentes terem manifestado à Comissão de Empresas «as negociações que iriam deslizar não deveria advir prejuízo para os trabalhadores, em especial despedimentos sem justa cau-

sa», contra os quais firmemente se oporiam.

E assim o fizeram. Por isso, além de um apelo firme no sentido de as empresas readmitirem todos os trabalhadores despedidos, ficou a constar daquela acta com força de lei que, se as readmissões não se verificarem, o patronato pagará aos despedidos «as diferenças de retribuição a que têm direito desde 1 de Setembro de 1974» (data a partir da qual são pagos os novos salários), aplicando-se também aqueles trabalhadores «a cláusula 44.ª, relativa aos despedimentos», com efeitos retroactivos desde a mesma data.

Válido por um ano, o contrato, extenso e pormenorizado, proibe a distribuição de trabalho extraordinário (sempre pago com 100 por cento de aumento) designadamente, aos dirigentes e delegados sindicais, aos trabalhadores que frequentem cursos de especialização profissional e aos que habitem em localidade diferente do local de trabalho.

Outra disposição importante sobre o mesmo assunto é a negociada pelo Sindicato dos Bancários com as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo. Como medida susceptível de favorecer a admissão de mais trabalhadores, esse acordo estabelece a dado passo que «o trabalho extraordinário só poderá ser prestado quando as entidades patronais tenham de fazer face a acréscimos de trabalho que não justifiquem a admissão de novos empregados, ou pelo período indispensável a esta admissão».

Deste modo, assiste ao trabalhador o direito de recusar o trabalho extraordinário sempre que não sejam observadas as cláusulas do acordo sobre este assunto.

Por melhores salários e condições de trabalho

Quanto ao desemprego, é de assinalar a cláusula 6.ª do Contrato Colectivo para os empregados de escritório e correlativos dos armazenistas de papel que prevê um registo de trabalhadores desem-

pregados a manter em dia pelos sindicatos e a consultar pelas entidades patronais quando pretendam admitir pessoal.

Por outro lado, o mesmo contrato estabelece que «todo e qualquer despedimento se presume sem justa causa».

No que respeita aos trabalhadores-estudantes, o mesmo contrato estipula que «terão um horário ajustado às suas especiais necessidades», devendo, entre outras regalias, ser-lhes sempre facultadas dispensas até uma hora por dia durante o funcionamento dos cursos e ausências pelo tempo indispensável à prestação de provas. Além disso,

«ficam as entidades patronais obrigadas a comparticiparem em 50 por cento das despesas ocasionadas pela compra de material escolar e preços cobrados pelos estabelecimentos de ensino, na frequência de cursos, por parte dos trabalhadores ao seu serviço». Por outro lado, «o tempo despendido em cursos de aprendizagem ou de aperfeiçoamento profissional será considerado como tempo de trabalho salvo se a frequência de tais cursos resultar de pedido dos trabalhadores».

Quanto ao trabalho feminino, o mesmo contrato proíbe os despedimentos sem justa causa de qualquer trabalhadora durante o período de gravidez e até um ano após o parto. Além disso, a entidade patronal não poderá distribuir à mulher grávida «tarefas climatologicamente desaconselháveis para o seu estado». Sem prejuízo da retribuição, serão essas trabalhadoras transferidas para ocupações que as não prejudiquem, podendo «faltar até 60 dias consecutivos por altura do parto, sem redução do período de férias, nem prejuízo da antiguidade».

Outro ponto a destacar é o que responsabiliza as empresas pelo aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores, facilitando a frequência das aulas e a preparação para exames, inclusive, mediante a redução de horários sem perda de direitos.

Os jovens trabalhadores que prestam serviço militar «têm direito a receber da entidade patronal a diferença entre a retribuição que aufeririam, se continuassem a prestar trabalho, e a que lhes for paga pelas autoridades competentes», determina, por seu lado, o Acordo Colectivo

celebrado pelo Sindicato dos Bancários com as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo.

Conquistas assinaláveis são ainda as referentes a férias, subsídios de vários tipos, diuturnidades, regime de faltas, indemnizações, salário igual para trabalho igual, etc.

São ainda dignas de nota as convenções colectivas de trabalho rural, sector onde têm sido decisivas as intervenções dos sindicatos de operários agrícolas recentemente criados, principalmente no Alto e Baixo Alentejo. A combatividade e consciência dos trabalhadores, secundados por direcções sindicais livremente eleitas, têm alcançado resultados muito positivos, embora deparem muitas vezes com a sabotagem económica, a falta de cumprimento dos contratos e outras situações que os trabalhadores atacam de frente utilizando várias formas de luta.

Pelas assinaláveis melhorias alcançadas através de alguns contratos e acordos colectivos podemos afirmar que os trabalhadores organizados nada perdem em utilizar a arma da contratação, pondo-a decididamente ao seu serviço, com o apoio dos sindicatos e dos serviços competentes do Governo Provisório e de outras entidades oficiais, obrigando o patronato a respeitar o que livremente negociou e subscreveu para valer como lei.

As convenções colectivas são um exemplo da capacidade de organização dos trabalhadores, nos sindicatos e nas empresas, e demonstram claramente que as conquistas alcançadas por essa forma de luta podem alcançar-se atingindo cada vez mais amplos sectores da actividade nacional.

FORTALECER A UNIDADE NA CIDADE E NOS CAMPOS

Uma fábrica onde se possa praticar uma vida a produzir a riqueza nacional não pode funcionar como se fosse uma prisão de condenados — afirmam os nossos camaradas da Comissão Conciliadora de São João da Madeira — num comunicado em que denunciam a forma aviltante como são tratados os operários da fábrica Lima & Resende, Lda., actualmente em greve contra as desumanas condições de trabalho e pelo cumprimento do Contrato Colectivo dos Metalúrgicos.

É preciso que o patrão compreenda que os trabalhadores não são gado, são gente e há tratamentos que a dignidade da pessoa humana não pode admitir. É aviltante fecharmos os 4 sanitários todo o dia, abrimos-os apenas 10 minutos de manhã e à tarde para serem utilizados em bicha pelos 43 operários da firma. Se alguém está afilto, tem de ir pedir a chave por favor, encontrando sempre má vontade — prosseguem aqueles nossos camaradas, lembrando que os operários estão em greve para obrigar o patrão a respeitar direitos já conquistados e firmados na lei e só recorreram a essa forma de luta — depois de esgotadas todas as possibilidades de diálogo com o patrão.

A Comissão Conciliadora cita o exemplo de um operário com 11 anos de trabalho na firma a quem o patrão deve 18 778\$00 desde Maio de 1974 e um outro que, com 5 filhos, recebe presentemente 4660\$00 por mês, quando, segundo o CCT, deveria receber 5700\$00 também desde Maio do ano findo.

Situações como estas exigem medidas energéticas e urgentes. Não se pode permitir impunemente

que prepotências e atentados à mais elemental dignidade humana ocorram numa empresa onde nunca os trabalhadores notaram qualquer quebra nas encomendas, onde sempre tem havido trabalho em pleno, mesmo com horas extraordinárias ao sábado.

Apoio às comissões sindicais

Ainda em São João da Madeira, os nossos camaradas da célula dos Chapelleiros alertam os trabalhadores contra as manobras reaccionárias de patrões como José Duarte e Durbalino Duarte que por todos os meios procuram boicotar as negociações do Contrato Colectivo de Trabalho, afirmando inclusive que o Sindicato não tem representatividade legal. A representatividade para estes senhores seria a de um prestável sindicalzinho paralelo ao do ele independente e só para chapelleiros, a fim de enfraquecer a posição dos trabalhadores face ao patronato, como muito bem compreendem e contra isso lutam os operários chapelleiros de São João da Madeira, apelando para a unidade e para a firmeza perante quem se pagou salários miseráveis e agora regateia as justas pretensões dos trabalhadores.

«Aconselhando a formação de cooperativas para acabar com o grande cancro social que é o intermediário», os nossos camaradas de Tondela propõem a reunião de assembleias para a escolha de comissões de gente séria que encabecem o movimento para a solução dos problemas que mais afligem a pequena lavoura, como seja a comercialização da carne, do vinho, dos cereais, de fruta.

acabando com a desunião, pois temos de nos unir em 1976 na defesa dos interesses que nos são comuns.

No seu comunicado, os nossos camaradas da Vista Alegre criticam a actual Comissão de Trabalhadores que, principalmente nos últimos tempos, tem funcionado mal. Uma Comissão que não informa, que não presta contas, que não é firme perante a direcção da fábrica, não pode servir o interesses dos trabalhadores», afirmam os nossos camaradas.

Apoio às cooperativas

Também nos campos a unidade é exigida. Num comunicado à população de Tondela, a Comissão Conciliadora do nosso Partido chama os pequenos e médios agricultores a unirem-se, a definirem os seus problemas mais urgentes, tomando nas mãos a defesa dos seus interesses, nomeadamente para acabar de vez com os usurpadores, aqueles que todas as segundas-feiras se reúnem na feira de Tondela e noutras, a fim de, sem olhar a meios, procurar a melhor maneira de atingir os seus fins: ganhar muito à custa do trabalho e de sacrifícios de toda a ordem dos pequenos e médios agricultores.

Aconselhando a formação de cooperativas para acabar com o grande cancro social que é o intermediário», os nossos camaradas de Tondela propõem a reunião de assembleias para a escolha de comissões de gente séria que encabecem o movimento para a solução dos problemas que mais afligem a pequena lavoura, como seja a comercialização da carne, do vinho, dos cereais, de fruta.

Chaves ASSALARIADOS MUNICIPAIS SEM GARANTIA DE TRABALHO

Encontram-se em situação de injustiça os assalariados dos Serviços Municipais de Chaves, especialmente os da secção de Electricidade. Com efeito, existem assalariados trabalhando há vários anos sem garantia de trabalho, sem direito à assistência médica, subsídio de doença e reforma.

Esta situação, que tem vindo a ser fortemente denunciada e combatida pela Organização Conciliadora de Chaves do nosso Partido, deriva do Código Administrativo fascista vigorar ainda, o que cria no trabalhador o sentimento de justa revolta.

Já foram tomadas providências para que, no caso dos electricistas, se proceda ao alargamento do quadro para que seja possível a sua imediata entrada. Mas a situação de injustiça e de imoralidade assim minorada não acaba de modo algum com esta medida.

Num comunicado da Comissão Conciliadora de Chaves do PCP, insiste-se, na necessidade imperiosa de eliminar, desde já, a categoria de assalariado.

CONSIDERADA INADIÁVEL PELOS TRABALHADORES A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA EMPRESA CIFA

A não verificar-se uma rápida intervenção do Governo na administração da empresa CIFA, a comissão representativa dos trabalhadores da empresa considera imprescindível uma tomada de posição drástica que impeça a administração de agravar a situação da empresa — afirma-se no texto enviado há dias ao Primeiro-Ministro, ministros do Trabalho e Economia e Comissão Coordenadora do MFA, numa tentativa de se evitarem graves conflitos de trabalho na empresa, de cuja situação financeira e tentativas de boicote económico por parte da administração o Governo foi devidamente alertado, através da forte vigilância sindical dos 1700 trabalhadores que ali trabalham.

A situação da empresa continua a degradar-se. A sua administração continua a actuar nos mesmos moldes de há um mês.

Entretanto, os trabalhadores aguardam com impaciência as determinações do Governo Provisório para a gestão da empresa numa luta desesperada pelo direito ao trabalho, porque a dar-se o encerramento que temem, irão para o desemprego 1700 trabalhadores e como consequência directa disso encerrarem centenas de fábricas têxteis dependentes da matéria-prima da CIFA, ficando sem trabalho cerca de 25 000 trabalhadores do sector em todo o País.

Parante a situação que descrevemos reunimo-nos com a Comissão Executiva dos Trabalhadores e registamos as palavras do trabalhador Miranda:

É inadiável a intervenção do Governo Provisório

— É tanto mais precisa a intervenção directa do Governo, como é urgente que os operários sintam que a sua situação de desemprego não terá bases reais. Depois da nomeação de dois delegados do Governo para o inquirido à administração, os trabalhadores não só se cansaram de esperar, como também vêem que a situação é igual à que apresentaram um relatório sobre as manobras e a vida económica da CIFA. Aliás, a situação é de grande tensão na fábrica, pois começam a verificar-se movimentos no seio dos trabalhadores, o que poderá contribuir para a sua divisão e desunião. Todo o pessoal é unânime em afirmar que os problemas só terão uma solução aceitável para os operários se a intervenção governamental se manifestar não só no campo administrativo como também no campo técnico da produção. Há clientes que continuam a protestar ou a devolver os produtos e a administração mantém inalterável o seu processo de trabalho. Assim e perante a pressão dos nossos companheiros de trabalho vimos-nos obrigados a alertar de novo o Governo, porque a par da situação financeira já anteriormente

gravíssima surge uma deterioração da situação económica. Os nossos salários têm sido pagos através de sucessivos empréstimos dos bancos e as dívidas vão sendo cada vez maiores.

Também o trabalhador metalúrgico quis intervir para se referir às dívidas da empresa, que continua a produzir pouco embora os trabalhadores nunca tenham paralisado o trabalho. Assim, Joaquim Braga diz-nos:

— A situação é cada vez pior e não temos a certeza do que será o nosso dia de amanhã aqui dentro. As dívidas continuam a aumentar e a produção está longe de ser o que a fábrica poderá produzir. O Governo continua calado quanto às soluções que pode dar ao caso. Já nos disseram que o relatório que os delegados apresentaram no Ministério do Trabalho desaparceram e não há cópias ou coisa parecida a isto. Ora, parece-nos que algo se está a passar. Numa reunião que tivemos com esses delegados ficámos muito bem impressionados com as posições do dr. Oliveira Marques, mas quanto ao dr. Carqueja pareceu-nos que estava a arranjar argumentos para desculpar os maus actos da administração! Urge que o Governo faça algo de concreto para se evitar que sejamos nós a tomar as iniciativas!

nacional, totalmente dependente da CIFA.

A produção de fio de seda é contínua. Qualquer paragem na laboração, por exemplo durante uma hora, acarretará mais de quatro meses de paralisação só para limpeza dos tubos da viscosa.

Segundo o relatório enviado pelos trabalhadores ao Governo, sobre o que consideram sabotagem económica na CIFA, salientamos alguns dados.

A CIFA, fundada há 28 anos, com um capital de 50 mil contos e reservas de 117 mil, encontra-se com uma dívida à banca; por financiamento, de cerca de 120 mil contos.

É propriedade do grupo multinacional holandês Akzo e dos herdeiros de Francisco de Sousa Magalhães, também proprietários da União Industrial Têxtil e Química — UNITECA; Companhia Renovadora de Unidades Metalúrgicas Portuguesas, SARL;

Companhia de Seda Artificial, SARL; Fábrica de Tecidos Bom-pastor, e de várias quintas e edifícios.

Por outro lado, o empréstimo de 25 mil contos à empresa UNITECA, sem juros, a distribuição «indevida» de dividendos, o não cumprimento dos pagamentos de gratificações em atraso, aos trabalhadores referentes a 1971-72-73, não cumprimento de contribuições ao Estado e à Previdência; matéria-prima por levantar na Alifanção, baixa de produção e quebras nas vendas, impossibilidade de pagamento dos subsídios de Natal e ainda o ter sido encerrada, numa encomenda de fio de «nylon» destinada à Suíça, uma bobina com seis pregos espetados que inutilizou a referida encomenda, foram alguns dos factos em que os trabalhadores se basearam para exigir a intervenção do Governo na administração da CIFA.

edições Avante!

NOVIDADES

PARTIDO PROLETÁRIO DE NOVO TIPO ... 40\$00
 REFÚGIO PERDIDO ... 30\$00
 PROGRAMA/ESTATUTOS (2.ª edição) ... 10\$00

CÁTALOGO GERAL

COLEÇÃO «DOCUMENTOS POLÍTICOS DO PCP»

PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP ... 25\$00
 O RADICALISMO PEQUENO-BURGUES DE FACHADA SOCIALISTA ... 40\$00
 DISCURSOS POLÍTICOS — I ... 10\$00
 A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS TAREFAS DO PARTIDO NO MOMENTO ACTUAL (Intervenções de Alvaro Cunhal no VII Congresso) ... 10\$00
 PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP ... 10\$00

Série Especial

VII CONGRESSO DO PCP (Edição normal) ... 100\$00
 VII CONGRESSO DO PCP (Edição especial) ... 300\$00

COLEÇÃO «CADERNOS POLITICOS DO PCP»

A DERROTÀ DA CONSPIRAÇÃO REAC-CIONÁRIA ... 5\$00
 POR QUE LUTAM OS COMUNISTAS ... 5\$00
 UN MÊME COMBAT — UN MEMSO COMBATE — PCF-PCP ... 5\$00
 COM A UEC NAS ESCOLAS A REAC-ÇÃO NÃO PASSARÁ ... 20\$00

COLEÇÃO «RESISTENCIA»

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS ... 100\$00

COLEÇÃO «PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO»

A SUPERIORIDADE MORAL DOS COMU-NISTAS ... 8\$00
 A FORÇA INVENCÍVEL DO MOVIMEN-TO COMUNISTA ... 8\$00
 O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO — UMA POLÍTICA E UMA CONCEPÇÃO DO MUNDO ... 8\$00

REVISTA INTERNACIONAL

N.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6/74 e n.º 1/75 ... 20\$00

Editorial Avante: Av.ª Santos Dumont, 57-2.º
 Telef. 76 97 05/76 97 44/76 97 51 — LISBOA-1

TRABALHADORES DAS EMPRESAS PREH CONTRA AS REDUÇÕES DA LABORAÇÃO

A Preh é uma empresa alemã, fabricante de componentes electrónicos com 1350 operários ao seu serviço, distribuídos pelas duas fábricas a funcionar actualmente no nosso país. Uma situa-se na Trofa com 950 trabalhadores e a outra no Porto com 400.

As situações difíceis por que os trabalhadores das firmas do ramo electrónico têm passado, também chegaram a estes lados. Propostas de redução de trabalho e consequente corte de salários têm sido agora apresentados pela gerência, legando falta de encomendas. No entanto os trabalhadores da Preh conseguiram evitar o corte de salários, por enquanto.

Situação como a que referimos, passa-se na Preh e entenderam-se já a outras empresas como a Roderstein, em Famalicão, onde foi imposta uma redução nos vencimentos, sem que os trabalhadores tivessem reagido.

Tendo em conta estas circunstâncias, cerca de 1000 trabalhadores da Preh reuniram-se em Plenário com a presença de um elemento da Intersindical, cabendo à Comissão de Trabalhadores denunciar a política do governo anterior ao não exigir garantias de espécie alguma para a economia nacional, aquando da instalação destas fabri-

cas, que apenas vinham explorar a nossa mão-de-obra barata.

A fragilidade das estruturas é agora o maior problema que se apresenta aos trabalhadores e, dado o clima de insegurança que daí advém, foi decidido alertar todos os trabalhadores portugueses e chamar a atenção das entidades oficiais para os riscos que correm os trabalhadores do sector de componentes electrónicos.

Assim, a laboração em tempo reduzido e os cortes de salários em várias fábricas as ameaças de despedimentos para obrigar os trabalhadores a aceitarem as propostas de redução, são manobras tendentes a colocar os trabalhadores numa situação fictícia de impossibilidades de sobrevivência.

No caso específico da Preh, os trabalhadores já foram vítimas de duas tentativas de redução de salários, não concretizadas devido à resistência dos trabalhadores.

No decurso deste importante plenário dos trabalhadores da Preh, foi ainda decidido lutar por soluções que evitem o subemprego e o desemprego, nem que para tal seja necessário alterar a actual estrutura da Preh no nosso país.

A paralisação na CIFA põe em risco de desemprego 25 mil trabalhadores

Para compreendermos o que é a CIFA — Companhia Industrial de Fibras Artificiais — com sede em Sobrado Valongo, basta sabermos que se trata de uma empresa que detém o monopólio da fabricação de fio de «nylon» e película celulósica, quase monopolista no fabrico de seda artificial e fornecedor de matéria-prima base da indústria têxtil

Obriguados a recorrer à greve para levar os dirigentes do Grémio dos Comerciantes de Ferro, Ferragens e Cutelarias ao reatamento das negociações do Contrato Colectivo de Trabalho, os caixeiros de ferragens do Porto denunciaram todas as atitudes dos industriais do sector que por intermédio dos seus representantes, continuam a esquivar-se às reuniões marcadas pelo Ministério do Trabalho, para a resolução do conflito.

Apesar das tentativas do Ministério e da PSP para a resolução do diferendo, os dirigentes grevistas não compareceram ainda a qualquer reunião, preferindo continuar a marcar ausências no Ministério do Trabalho. Os trabalhadores não entraram já no nono dia de greve, renovaram num plenário realizado no domingo, a continuação da greve até que as negociações se

CAIXEIROS DE FERRAGENS EM GREVE POR UM NOVO CCT

reinciem. Denunciam e reprovam a atitude do Grémio, que em vez de reatar as negociações, enviou ao Ministério do Trabalho uma carta transferindo exclusivamente para este organismo oficial a responsabilidade da resolução do problema.

Os trabalhadores do comércio de ferro apresentaram a sua proposta de CCT em Novembro de 1974 e só passados dois meses a direcção do Grémio se resolveu a dar uma resposta, que no entanto se resumiu numa constante negativa à totalidade das cláusulas apresentadas. Limitando-se a concordar com a concessão do 13.º mês, o patronato recusou no entanto negociar tabelas salariais que vão de 7200 a 2300 escudos mensais, atribuição de um mês de férias e respectivo subsídio além dos retroacti-

ITT SEMICONDUCTORES UNIDADE DOS TRABALHADORES CONTRA OS DESPEDIAMENTOS

Reunidos em plenário no passado dia 27 de Fevereiro, os trabalhadores da ITT Semicondutores votaram por esmagadora maioria contra os despedimentos e o subemprego, afirmando a sua disposição de se empenharem na luta para assegurarem a todos o direito ao trabalho, ainda que tal luta lhes acarretasse eventuais sacrifícios.

Esta posição dos trabalhadores sucede apenas três meses decorridos, após a grande vaga de despedimentos efectuados por aquela multinacional, que lançou no desemprego mais de 850 empregados, tentando agora a direcção impor novamente situações desvantajosas para a classe trabalhadora, com propostas de subemprego para 180 e o despedimento provável de algumas dezenas.

Contudo, desta vez, os mil trabalhadores que ainda permanecem na fábrica decidiram opor-se às manobras do capital estrangeiro, organizando-se convenientemente de forma a poderem impor na prática o direito ao trabalho. No entanto, estas importantes posições que os trabalhadores assumiram foram alvo de tentativas de boicote por alguns elementos pseudo-revolucionários que, dizendo-se estarem contra o patronato, procuram afinal fazer o seu jogo, fomentando desuniões, caluniando e mentindo, numa tentativa deliberada de lancar a confusão. Mas a sua demagogia esbarrou frente à unidade das massas trabalhadoras que lutam pelo seu futuro.

No decurso do plenário foram ainda aprovadas moções de solidariedade à luta dos trabalhadores da Rádio Renascença e da ITT Rabor, a quem foram enviados telegramas.

Por outro lado os resultados da união dos trabalhadores fizeram sentir no dia seguinte quando, o Ministério do Trabalho, durante as negociações com a administração, os directores da ITT recusaram em relação à proposta apresentada.

Presentemente, os mil trabalhadores da ITT Semicondutores têm o seu salário assegurado e, desde o momento em que souberem preservar a sua unidade, outras etapas poderão ser ganhas.

NA MARINHA GRANDE

ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES VIDREIROS

Com o objectivo de analisar os problemas mais urgentes com que se debate a indústria vidreira...

talar, na dependência da concorrência internacional. Assim entre 1969 e 1974 as importações portuguesas de vidro...

Por parte do Governo fascista e dos capitalistas nada foi feito para obter a esta situação. O governo fascista limitou-se a ordenar um estudo em 1963...

Nomeadamente no que toca à exportação, as empresas nacionais, quase sempre incapazes de definir uma política de produtos...

A situação da indústria de cristalaria é assim grave, mas não é possível ser resolvida desligada da evolução política do nosso país...

De qualquer forma terá de ser possível avançar algumas soluções que garantam o funcionamento das empresas...

Depois da sessão de abertura, a mesa que orientou os trabalhos ficou constituída por: Joaquim Gomes, Augusto Carreira, Vitor Nobre, José de Sousa, Joaquim Pais e Albino Fernandes...

Foi a seguinte a ordem de trabalhos: 1-Análise da crise da indústria vidreira...

2-Medidas imediatas a tomar em defesa dos interesses dos trabalhadores; 3-Discussão e aprovação das conclusões; 4-Encerramento.

Nas inúmeras intervenções, tanto orais como escritas, foi focado o atraso tecnológico em que a indústria assenta, funcionando muitas vezes em regime semiartesanal...

A necessidade de pedir ao Governo a criação de um organismo estatal que tratasse das importações de vidro bem como a criação de uma escola técnica de vidro foram dois dos assuntos referidos por vários participantes.

Devido à extrema gravidade da situação que o sector atravessa, foi eleita uma comissão para pôr em prática as conclusões deste I Encontro.

Conclusões do Encontro

Pelas razões políticas e económicas já largamente apontadas e ainda por outros motivos, os industriais vidreiros, sobretudo os de cristalaria, foram retirando para outros fins todos os lucros...

Embora mantendo todo este atraso técnico, a falta de visão dos dirigentes levou a que, nalguns casos, se tivessem investido importâncias notáveis nas estruturas de gestão, criando-se uma contradição que se concretizou num aparelho burocrático largamente dispendioso...

Os trabalhadores conhecem o caso de empresas como Brás e Brás que têm atrás de si um longo histórico de muitos anos de exploração da indústria vidreira e das suas massas trabalhadoras...

Por outro lado, os acordos económicos com Portugal com a EFTA e com o Mercado Comum, agravaram a situação funcionando, como se previa, unicamente a favor das grandes empresas monopolistas...

11—Estudo de quais os tipos de vidro importados e não fabricados no nosso país...

12—Criação dum curso de vidraria à altura de formar técnicos-operários devidamente especializados...

13—Estudo para obtenção imediata de auxílio técnico dos países mais evoluídos em vidraria...

14—Transformação da FEIS numa verdadeira escola de formação vidreira...

15—Para rápida concretização destas conclusões, serão formadas tantas comissões específicas quantas as necessárias...

cularmente os países socialistas que, pela sua política de amizade com todos os povos...

14—Transformação da FEIS numa verdadeira escola de formação vidreira...

15—Para rápida concretização destas conclusões, serão formadas tantas comissões específicas quantas as necessárias...

Considera-se como indispensável uma estreita ligação, intervenção e apoio dos respectivos organismos do Estado.



Operários vidreiros trabalhando no seu ofício

«PINHO NÃO PODE O POVO COMÊ-LO!»

—entrevista com um pequeno camponês de Tortosendo

— Pode parecer mentira, os amigos talvez não compreendam, mas para mim o que há de melhor é trabalhar com estreme, adubar a terra, cuidar dela. Sabem, temo muito massacrados, explorados... mas continuamos a amar a terra...

convicção de que é impossível falar do campo à mesa de um escritório. «Tortosendo é uma terra muito politizada no que respeita ao sector operário...

(Senhor fulano, se arranjassem um lugar para a minha filha... Está bem, vai para minha criada), aconteceu muito lá ir ela para «vassoura de casa» desses burgueses...

de longe em longe, esses pequenos oásis de verdura, terra semeada, fruto do trabalho a tornar-se vida.

consolidando-a, de se criar uma força que os exploradores não conseguirão vencer.

Os campos que ladeiam Tortosendo — pequena vila a escassos quilómetros da Covilhã — são exemplo duma realidade que se encontra por quase toda a região das Beiras: abandono.

«Ora sendo assim, os camponeses estão de baixo, principalmente os camponeses subjugados aos latifúndios e às fábricas.

Hoje a situação é diferente, mas continuamos a ser explorados. O que se passa aqui é o mesmo que em muitos outros lados.

«Formar uma cooperativa tem sido um velho sonho que não será fácil realizar. O medo ainda existe e as pessoas encolhem-se.

«Parar vencer a luta por estes direitos elementares é necessário que os operários e as operárias exploradas da Dextra se organizem...

Durante quase meio século, o fascismo tentou fazer acreditar que Portugal era um país pobre. Os principais produtos alimentares são importados do estrangeiro.

«O que tratavam a terra tinham de se calar ao senhor burguês porque lhes tinha feito o favor de meter o filho na fábrica. Se um reideiro tinha uma filha e a queria tirar do campo

«Havia aí trigo, ena pá!» Campos até perder de vista votados ao abandono ou subaproveitados; terras que não são lavradas há mais de 20 anos...

«A propósito das reivindicações inadivéis dos trabalhadores e de organismos que legitimamente os representam e defendem...

«Nada disto é surpresa para os trabalhadores conscientes da etapa da luta que se nos apresenta. Dales, das massas trabalhadoras, saem as respostas adequadas.

«Basta uma pequena volta pelas redondezas para perceber a situação em que estamos — começa por dizer M a n u e l Almeida, pequeno camponês iniciado nas lides do campo aos 12 anos...

Portugal é obrigado a importar trigo todos os anos. Contudo, nas terras do sr. Garrett (de todos os Garrettes que há no nosso país), campos onde havia trigo, «ena pá», semeia-se hoje pinho.

«Aproveitando, por vezes, conflitos irrelevantes entre categorias profissionais, a fim de para eles, desviar o centro das atenções e prejudicarem a luta por objetivos correctos...

«Nada disto é surpresa para os trabalhadores conscientes da etapa da luta que se nos apresenta. Dales, das massas trabalhadoras, saem as respostas adequadas.

«A fusão de sindicatos não pode ser feita nas costas dos interessados. A integração não é uma solução sumária que se decide a uma mesa entre meia dúzia de pessoas.

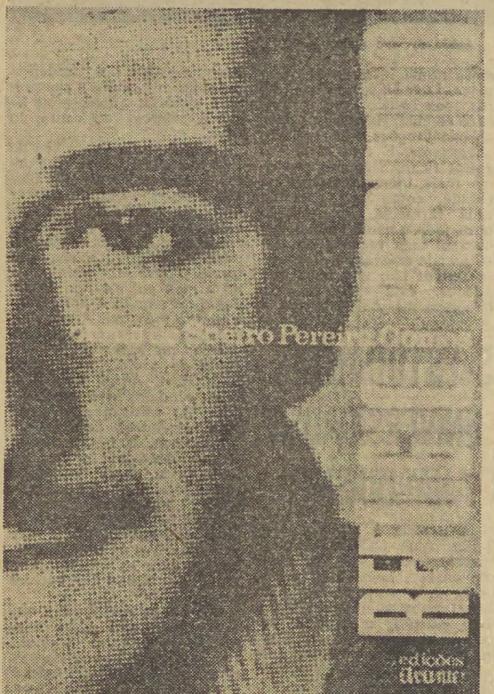
«Os que tratavam a terra tinham de se calar ao senhor burguês porque lhes tinha feito o favor de meter o filho na fábrica. Se um reideiro tinha uma filha e a queria tirar do campo

«O pinho representa o rendimento seguro que as intempéries não põem em risco, o rendimento que se pode esperar sem preocupações de mais enquanto se passa pela cidade. Mas o pinho pode ainda ser mais que rendimento, pode ser capa de sabotagem...

«Uma das formas utilizadas tende a fechar a porta a toda e qualquer negociação viável por melhores condições de vida e de trabalho.

«Nada disto é surpresa para os trabalhadores conscientes da etapa da luta que se nos apresenta. Dales, das massas trabalhadoras, saem as respostas adequadas.

«A fusão e a integração de associações sindicais é um objetivo bem definido e acarinado pelos trabalhadores e pelos seus legítimos representantes.



LÊ • ASSINA • DIVULGA UMA VOZ DEMOCRÁTICA a opinião REDACÇÃO: AV. DA BOAVISTA, 601 — PORTO — TEL. 64418

CONFERÊNCIA DE CAMPONESES DO DISTRITO DE LEIRIA

Efectua-se no próximo domingo, em Alcobaça, pelas 9 e 30, a 1.ª Conferência de Camponeses do Distrito de Leiria convocada pelo Partido Comunista Português...

apoio técnico e financeiro; assalariados rurais e sindicatos (participação da mulher nos trabalhos rurais); previdência e assistência, condições de vida nos meios rurais, situação das casas do povo.

Os objetivos da Conferência são a discussão dos principais problemas dos camponeses e pequenos e médios agricultores do distrito...

Conferência de Agricultores em Évora

Passadas algumas semanas sobre a realização da Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, em Évora, o nosso Partido vai promover naquela cidade, no próximo domingo, um novo encontro...

Guimarães

NA DEXTRA ESTÁ TUDO COMO DANTES

Na fábrica de malhas Dextra, apesar do 25 de Abril ter já acontecido há quase um ano, mantém-se a exploração que a entidade patronal praticava anteriormente.

O Partido da Dextra não paga o salário mínimo nacional, os 25 por cento referentes ao trabalho nocturno, nem pagou ainda o subsídio de Natal como estipula o CCT pelo qual se regem as trabalhadoras têxteis.

Entretanto, os operários mais conscientes da exploração que os atinge, são ameaçados de despedimento, ao mesmo tempo que é semeado o medo e a divisão dos trabalhadores.

Para vencer a luta por estes direitos elementares é necessário que os operários e as operárias exploradas da Dextra se organizem, elejem a sua comissão de trabalhadores e se reúnam em torno do seu sindicato, único organismo verdadeiramente ao seu lado na defesa dos seus interesses.

DIVISIONISMO PARTIDÁRIO E FORMAS DE SABOTAR A LUTA DOS SINDICATOS

eventuais patrões, só interessa uma coisa: «controlar» alguns sindicatos, transformá-los em sucursais dos seus interesses partidários...

Nada disto é surpresa para os trabalhadores conscientes da etapa da luta que se nos apresenta. Dales, das massas trabalhadoras, saem as respostas adequadas.

«A fusão de sindicatos não pode ser feita nas costas dos interessados. A integração não é uma solução sumária que se decide a uma mesa entre meia dúzia de pessoas.

«Aproveitando, por vezes, conflitos irrelevantes entre categorias profissionais, a fim de para eles, desviar o centro das atenções e prejudicarem a luta por objetivos correctos...

«Nada disto é surpresa para os trabalhadores conscientes da etapa da luta que se nos apresenta. Dales, das massas trabalhadoras, saem as respostas adequadas.

«A fusão e a integração de associações sindicais é um objetivo bem definido e acarinado pelos trabalhadores e pelos seus legítimos representantes.

«Uma das formas utilizadas tende a fechar a porta a toda e qualquer negociação viável por melhores condições de vida e de trabalho.

«Nada disto é surpresa para os trabalhadores conscientes da etapa da luta que se nos apresenta. Dales, das massas trabalhadoras, saem as respostas adequadas.

«A fusão e a integração de associações sindicais é um objetivo bem definido e acarinado pelos trabalhadores e pelos seus legítimos representantes.

«Os responsáveis por essa campanha, ainda que se censem a bater os pés de impaciência para que os acreditem, não representam qualquer sector do trabalho.

«Nada disto é surpresa para os trabalhadores conscientes da etapa da luta que se nos apresenta. Dales, das massas trabalhadoras, saem as respostas adequadas.

«A fusão e a integração de associações sindicais é um objetivo bem definido e acarinado pelos trabalhadores e pelos seus legítimos representantes.

«Os responsáveis por essa campanha, ainda que se censem a bater os pés de impaciência para que os acreditem, não representam qualquer sector do trabalho.

«Nada disto é surpresa para os trabalhadores conscientes da etapa da luta que se nos apresenta. Dales, das massas trabalhadoras, saem as respostas adequadas.

«A fusão e a integração de associações sindicais é um objetivo bem definido e acarinado pelos trabalhadores e pelos seus legítimos representantes.

«Os responsáveis por essa campanha, ainda que se censem a bater os pés de impaciência para que os acreditem, não representam qualquer sector do trabalho.

«Nada disto é surpresa para os trabalhadores conscientes da etapa da luta que se nos apresenta. Dales, das massas trabalhadoras, saem as respostas adequadas.

«A fusão e a integração de associações sindicais é um objetivo bem definido e acarinado pelos trabalhadores e pelos seus legítimos representantes.

«Os responsáveis por essa campanha, ainda que se censem a bater os pés de impaciência para que os acreditem, não representam qualquer sector do trabalho.

«Nada disto é surpresa para os trabalhadores conscientes da etapa da luta que se nos apresenta. Dales, das massas trabalhadoras, saem as respostas adequadas.

«A fusão e a integração de associações sindicais é um objetivo bem definido e acarinado pelos trabalhadores e pelos seus legítimos representantes.

«Os responsáveis por essa campanha, ainda que se censem a bater os pés de impaciência para que os acreditem, não representam qualquer sector do trabalho.

«Nada disto é surpresa para os trabalhadores conscientes da etapa da luta que se nos apresenta. Dales, das massas trabalhadoras, saem as respostas adequadas.

«A fusão e a integração de associações sindicais é um objetivo bem definido e acarinado pelos trabalhadores e pelos seus legítimos representantes.

«Os responsáveis por essa campanha, ainda que se censem a bater os pés de impaciência para que os acreditem, não representam qualquer sector do trabalho.

«Nada disto é surpresa para os trabalhadores conscientes da etapa da luta que se nos apresenta. Dales, das massas trabalhadoras, saem as respostas adequadas.

«A fusão e a integração de associações sindicais é um objetivo bem definido e acarinado pelos trabalhadores e pelos seus legítimos representantes.

«Os responsáveis por essa campanha, ainda que se censem a bater os pés de impaciência para que os acreditem, não representam qualquer sector do trabalho.

«Nada disto é surpresa para os trabalhadores conscientes da etapa da luta que se nos apresenta. Dales, das massas trabalhadoras, saem as respostas adequadas.

«A fusão e a integração de associações sindicais é um objetivo bem definido e acarinado pelos trabalhadores e pelos seus legítimos representantes.

O DIA INTERNACIONAL DA MULHER COMEMORADO POR INICIATIVA DO MDM

Um grande desfile popular assinalará, no próximo sábado, dia 8 de Março, o Dia Internacional da Mulher que o Movimento Democrático das Mulheres comemora este ano pela primeira vez em liberdade. A concentração far-se-á nos Restauradores, às 15 e 30, dirigindo-se depois o desfile para a Praça do Comércio, onde se realizará um comício, seguido de espectáculo de teatro pelo Grupo Adoque e finalizando com a exibição de um grupo folclórico.

As iniciativas levadas a cabo para comemorar o Dia Internacional da Mulher foram reveladas durante uma conferência de Imprensa, em que Maria Luísa da Costa Dias, do Executivo Nacional do MDM, informou a constituição de uma comissão formada por elementos da Direcção-Geral dos Desportos, Mo-

vimento Democrático de Mulheres, FNAT, Intersindical, Conselho Português para a Paz e Cooperação, Pró-UNEP, Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) e Associação de Amizade Portugal-Guiné.

Depois de fazer a apresentação do programa das comemorações, Maria Luísa Costa Dias destacou o facto de a luta das mulheres portuguesas estar ligada à luta geral do povo contra o fascismo e a guerra colonial, afirmando que os esforços das mulheres trabalhadoras se deve dirigir agora para a participação activa no processo democrático em desenvolvimento.

Historiando a data que se comemora como o Dia Internacional da Mulher, recordou que estava intimamente ligada ao dia 8 de Março de 1857 quando as operárias da indústria têxtil de Nova Iorque se lançaram numa greve

contra o horário de 16 horas diárias que lhes era imposto, movimento reivindicativo esse que foi violentamente reprimido pelo chamado governo democrático dos Estados Unidos.

Posteriormente, em 1910, a comunista Clara Zetkin fez a proposta de que essa data fosse consagrada como o Dia Internacional da Mulher. No presente, o dia 8 de Março representa um dia de fraternidade, de solidariedade e de luta pelos seus direitos, pela Democracia e pela Paz para as mulheres de todo o Mundo.

No programa estabelecido pela comissão promotora do Dia Internacional da Mulher, estão previstas as seguintes realizações: hoje, pelas 18 e 45, sessão de cinema no Teatro Adoque e um colóquio sobre a Guiné-Bissau pelo capitão Clemente, da Associação de Amizade Portugal-Guiné;

amanhã, 12.º aniversário da morte de dr.ª Maria Isabel Aboim Inglês efectuar-se-á a primeira homenagem pública à memória desta destacada combatente da liberdade, pelas 12 horas, na Câmara Municipal de Lisboa, sendo dado o seu nome a uma rua da capital e à noite realizar-se-á uma sessão política-cultural; no sábado, para além do aludido desfile, está prevista a exibição da peça de Bertolt Brecht, «As Espingardas da Mãe Carrar» no Teatro da Trindade, às 21 e 30, espectáculo consagrado pela Companhia da Casa da Comédia ao Dia Internacional da Mulher. Entretanto, o Movimento Democrático das Mulheres, no prosseguimento da sua intensa actividade, continua a promover sessões de esclarecimento diárias e realiza programas de rádio nas principais estações emissoras,



A nossa reportagem ouvindo as declarações dos trabalhadores

Beira Baixa, onde a revolução custa a chegar

AQUI TAMBÉM É PORTUGAL!

Aos olhos desprevenidos de quem chega, a primeira imagem que surge é só beleza; o verde da paisagem assalta os viajantes saturados de poluição citadina, numa inesperada cadência de ar puro; o casario rolivilhado pelas encostas, aberto ao sol, faz invejar a pacífica vida campestre.

E o velho ditado surge, inevitável — «Portugal é Lisboa, o resto é paisagem».

Contudo, basta deixar a estrada principal e mergulhar na «paisagem» para logo se destazer o sonho e chocar com a crua realidade. Basta entrar nas pequenas aldeias onde só velhos, mulheres e crianças ficaram; basta falar com esse povo esquecido que da civilização sabe a ausência. Compreende-se então que é urgente aprender que a paisagem também é Portugal.

Inútil procurar palavras que traduzam fielmente a exploração, o abandono a que foram votadas essas povoações anónimas da Beira Baixa. Só factos concretos podem elucidar essas afrontas aos mais elementares direitos de todo o ser humano, não importando sequer se se referem a Vale Formoso, Gibraltar, Sarzedinhas ou qualquer outra aldeia, que o panorama é praticamente o mesmo em todas elas.

«Já fui avisada que me multavam se continuasse a deitar a água para a rua, vejiam bem. O que é que querem que eu lhe faça? Não a podemos beber! Esgotos, que bem eram precisos, onde é que eles estão?»

E o rosto de mulher, onde os olhos denunciavam que a mocidade não vai longe, que-

à vila, e é preciso não adoecer a qualquer hora porque fora da consulta o médico não atende, depois só na Covilhã».

Falar de teatro, cinema ou mesmo televisão significa entreabrir a porta para um mundo desconhecido. A muitas dessas povoações nunca chegaram jornais nunca chegou a notícia que em Portugal aconteceu um 25 de Abril.

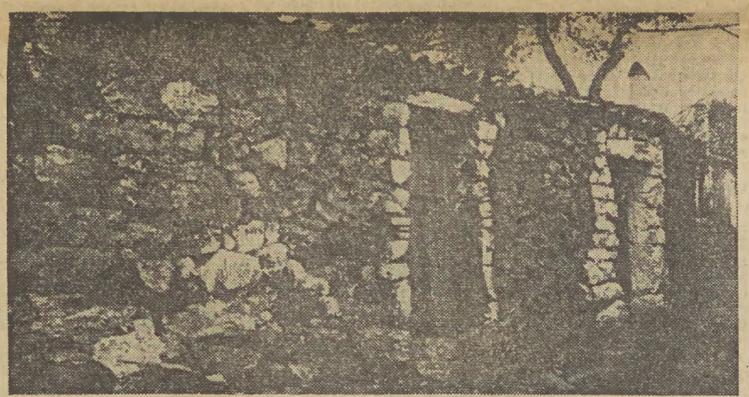
De extremo a extremo da região beirã o quadro repete-se.

Penha Garcia, terra de luta

Isso ainda demora muito? Para começar, ainda demora? E que queria ir jantar... mas queria assistir. Duas horas depois, não hesitando para isso em despedir velhos reendeiros, nascidos e criados naquelas terras. Tinha sete anos quando o meu pai morreu, trabalhava de manhã à noite com a minha mãe; nós é que desbravámos as terras onde estávamos, que eram baldios, como todo o Vale Feitoso. E João Pires André que fala, velho reendeiro sem terra, velhice de miséria depois de uma vida inteira de trabalho.

A taberna da vila, ponto de reunião habitual ao cair da noite, está cheia de rostos camponeses — curtidos pelo tempo, enrugados como a própria terra que perderam. Mais expressiva ainda que os rostos, que as próprias palavras, são as suas mãos. Mãos de terra subitamente vazias.

«Portugal é Lisboa e o resto é paisagem... terá sido verdade, é chegada a hora da paisagem ser pão, da paisagem ser escola, da paisagem ser povo.



Ainda se vive nestas casas

de-se numa interrogação perplexa, Luz? Não, também não há; mas água... «vamos buscá-la ao chafariz todos os dias, as canalizações ainda cá não chegaram». E muitas outras coisas ficaram apenas nas vilas mais importantes ou na cidade, como por exemplo uma farmácia, um médico para toda a gente «que o que cá vem uma vez por semana só atende grávidas e crianças, os outros não têm nada que adoecer, está visto; mas se adoece mesmo terá que ir

vezes repetida dos reendeiros expulsos das terras, a sua própria história, afinal, uma lágrima teimosa ao canto do olho.

Aconteceu em Dezembro de 1960 quando o Conde da Ponte — Alvaro Ferraz de Castelo Branco — decidiu semear pinho na quinta de Vale Feitoso, não hesitando para isso em despedir velhos reendeiros, nascidos e criados naquelas terras. Tinha sete anos quando o meu pai morreu, trabalhava de manhã à noite com a minha mãe; nós é que desbravámos as terras onde estávamos, que eram baldios, como todo o Vale Feitoso. E João Pires André que fala, velho reendeiro sem terra, velhice de miséria depois de uma vida inteira de trabalho.

A taberna da vila, ponto de reunião habitual ao cair da noite, está cheia de rostos camponeses — curtidos pelo tempo, enrugados como a própria terra que perderam. Mais expressiva ainda que os rostos, que as próprias palavras, são as suas mãos. Mãos de terra subitamente vazias.

«Portugal é Lisboa e o resto é paisagem... terá sido verdade, é chegada a hora da paisagem ser pão, da paisagem ser escola, da paisagem ser povo.

«Quando para ali fui havia lá uma árvore, quando de lá sai deixei centenas de árvores! Não me pagaram nada do que lá deixei.

O povo de Penha Garcia não cruzou os braços. Em 26 de Dezembro de 1960 fez-se um levantamento popular protestando contra a expulsão dos reendeiros; os sinos da vila tocaram a rebate, o povo juntou-se e dirigiu-se em manifestação para o Vale Feitoso, cantando o Internacional e gritando o direito à terra. Foram reprimidos pelas forças fascistas, as terras entregues ao latifundiário.

José dos Santos, Manuel Gaspar Serrano, António Antunes Gaspar, Manuel Pascoal Soares, Manuel Mourão de Andrade, são alguns dos nomes citados no relatório da ex-PIDE/DGS sobre o ocorrido, apontados como «subversivos», por defenderem a divisão das terras pelo povo.

«Volvidos 15 anos o problema continua bem vivo, agravadas as condições de vida. «O que nos vale é a Casa do Povo». Os homens recebem 350\$000 por mês e as mulheres 300\$000. Como é possível que consigam viver? «Os filhos, que estão no estrangeiro, também dão uma ajuda; vivemos de esmolas e trabalhamos uma vida inteira!»

E urgente a justiça, o direi-

to à dignidade humana. Só numa sociedade socialista deixarão de existir exemplos como Penha Garcia; é imprescindível que todos metam ombros ao trabalho, a revolução tem de avançar, não precipitadamente, mas depressa.

Idanha-a-Nova e Zebretos

Nas Beiras, como o reflecte a reportagem acima publicada, a implantação do nosso Partido enfrenta sérios obstáculos. Mas a abnegação e espírito de luta dos nossos militantes, a progressiva consciencialização por parte das povoações fazem com que o Partido Comunista Português passe a ser visto com novos olhos, já libertos das trevas semeadas pela tirania fascista. Vários factos o provam. Recordemos, por exemplo, a entrega ao PCP por parte de habitantes da Idanha-a-Nova de um total de 1850\$00 — uma forma, entre outras, de manifestar a confiança dos trabalhadores no Partido dos Trabalhadores. Recordemos também que em Zebretos o nosso Partido é conhecido pela carinhosa expressão de «padaria central do povo»...

A REACÇÃO CONTINUA A MOSTRAR OS DENTES

A reacção continua a manifestar-se, recosa de perder definitivamente a partida. Assim, e aproveitando as atitudes públicas de alguns partidos políticos, as suas manifestações caracterizam-se por uma actividade crescente na campanha anticomunista. Vários são os exemplos que nos vêm das terras da província, onde, nalguns casos, o espírito democrático do 25 de Abril ainda não chegou e os caciques locais e os senhores feudais continuam a dispor dos destinos das povoações e a fazerem os desmandos e a praticar as injustiças que muito bem entendem.

Por diversas vezes já, o nosso Partido chamou a atenção para factos flagrantes que se vivem, ainda hoje, em certas zonas do País, onde a despolitização é a realidade. Deste modo, como será possível concretizar o processo democrático quando populações inteiras são manipuladas pelos interesses dos exploradores, muitas vezes com a conivência descarada de certos partidos políticos.

No Alandrol, por exemplo, o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, Anacleto Galhardas, tem levado a campanha anticomunista ao ponto de mandar arrancar pelos seus empregados todos os cartazes do Partido Comunista no concelho da sua jurisdição. Chamado à atenção por um membro do PCP, o referido presidente da Comissão Administrativa confirmou ter sido ele quem dera semelhante ordem e assumia toda a responsabilidade do facto.

Entretanto, no Sabugal, distrito da Guarda, uma «Frente Reaccionária», como se denomina, procurou boicotar uma sessão de esclarecimento do nosso Partido, chegando ao ponto de cortar a energia eléctrica da sala onde decorria a sessão, tendo ainda várias pessoas sido agredidas.

Mas não fica por aqui a actividade da reacção. Na freguesia de Touro, concelho de Vila Nova de Paiva, durante uma sessão de esclarecimento do nosso Partido, os reaccionários, para além de provocarem distúrbios na sala, esfaquearam os pneus dos automóveis e os elementos

que participaram na sessão se deslocaram e como um dos habitantes da localidade se tivesse indignado com a sua atitude, tentaram agredilo com cacetes, o que não conseguiram, pois a pessoa em questão defendeu-se e resultou daí que um dos reaccionários acabou por recolher ao hospital.

Também em Carrizado de Montenegro, concelho de Valpaços, a reacção estrebucha para continuar a manter os seus redutos. E quando quatro membros do PCP distribuíam propaganda foram agredidos por meia dúzia de elementos reaccionários que, depois, fizeram uma fogueira para queimar os comunicados distribuídos. Entretanto, o salão paroquial onde se deu a realizar a sessão de esclarecimento, anteriormente prometido, encontrava-se fechado a cadeado e quando os militantes comunistas conseguiram iniciar o diálogo com alguns agricultores logo foram rodeados por provocadores que se diziam do PPD e os obrigaram pela violência a afastarem-se. Mais tarde já com a presença de um piquete das Forças Armadas, vindos de Chaves aqueles elementos continuaram com as suas ameaças.

Em Vilarandelo, do mesmo concelho, quando cerca de 100 pessoas participavam numa sessão de esclarecimento do nosso Partido, um grupo de exaltados gritava: «Abaixo o comunismo» e «Viva o PPD» e no início da sessão verificou-se a agressão a um simpaticante do PCP, bem como os já tradicionais esfaqueamentos dos pneus dos automóveis.

A reacção começa novamente a mostrar os dentes. E para isso não lhes falta apoio, por vezes mais importante do que podemos pensar. Impõe-se, pois, que sejam tomadas medidas severas contra os verdadeiros inimigos da liberdade, contra aqueles que, apesar de gritarem «liberdade» e «democracia» afirmando que os «comunistas querem a ditadura», são na prática os primeiros e os únicos a quererem estabelecer a sua ditadura e a tentar impedir que os comunistas se façam ouvir entre as classes trabalhadoras.

SUPLEMENTO DIÁRIO DO AVANTE!

DURANTE O PERÍODO ELEITORAL

preço da assinatura 100\$00

inscreve-te propõe assinantes!

O primeiro número do suplemento diário do «Avante!» será publicado no próximo dia 21, primeiro dia útil do período da campanha eleitoral.

O adiamento do início da campanha levará certamente à redução do número de suplementos a publicar.

Contudo, a Editorial «Avante!» previu já a compensação para os muitos milhares de leitores que fizeram assinaturas para 40 números!

Para eles, no final da série de suplementos diários, reservamos uma oferta que será, para além da justa compensação, um grande e fraterno abraço do «Avante!» para os seus assinantes dos primeiros suplementos diários do órgão central do Partido Comunista Português!

Camaradas!

Temos ainda duas semanas de trabalho para continuarmos a campanha de assinaturas. Avante!

SUPLEMENTO DIÁRIO DO «AVANTE!»

ASSINATURAS (40 números)

CONTINENTE E ILHAS	
Via normal (superfície)	100\$00
Via aérea	120\$00
ANGOLA, CABO VERDE, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR	
Via normal (superfície)	100\$00
Via aérea	200\$00
ESTRANGEIRO	
ESPANHA	
Via normal (superfície)	100\$00
Via aérea	120\$00
RESTANTES PAÍSES EUROPEUS	
Via normal (superfície)	150\$00
Via aérea	180\$00
ESTRANGEIRO NÃO EUROPEU	
GUINÉ-BISSAU	
Via normal (superfície)	100\$00
Via aérea	200\$00
BRASIL	
Via normal (superfície)	100\$00
Via aérea	260\$00
RESTANTES PAÍSES	
Via normal (superfície)	150\$00
Via aérea	260\$00
ASSINATURA DE APOIO	mais 100\$00

TRABALHADORES-ESTUDANTES CANDIDATOS ÀS UNIVERSIDADES DIZEM NÃO AO ANARQUISMO

Organizado pela comissão coordenadora dos trabalhadores-estudantes e com o apoio da Comissão Pró-UNEP, realizou-se, no passado domingo, um encontro de trabalhadores-estudantes candidatos às universidades e cuja principal conclusão terá sido a criação, ainda no decorrer do presente ano lectivo, de um «ano zero» universitário, no qual os trabalhadores-estudantes se inscreverem.

O encontro dos trabalhadores-estudantes a universidade, que decorreu no Instituto Superior Técnico, teve por fim objectivar a sua organização e acção, quer no acesso às universidades quer na sua participação activa e desde já, na democratização do ensino. No decorrer dos trabalhos, os participantes concluíram a necessidade da criação de um ensino superior que vise uma graduação profissional constante e de horários por turnos que sirvam os interesses da classe trabalhadora no ensino superior e em geral.

De realçar a atitude assumida pelos trabalhadores-estudantes sobre a actual crise de ensino, tendo sido aprovada uma proposta na qual esses trabalhadores declaram não permitir o carácter de anarquismo que vem a pagar-se nas universidades e chamar a atenção de todos os trabalhadores para o que e para onde vão os dinheiros que o Governo gasta nas mesmas, que no fundo são fruto do trabalho de todos os trabalhadores estudantes ou não.

No decorrer dos trabalhos, foi igualmente aprovada uma moção relativa ao saneamento do MEC e em apoio ao cumprimento integral do decreto-lei sobre saneamento e reclassificação recentemente aprovado em Conselho de Ministros.

Finalmente, foi ainda decidido criar uma comissão encarregada de estudar a formação de uma união dos trabalhadores-estudantes, além de uma outra responsável pela redacção final das conclusões parciais dos grupos de trabalho.

PARLAMENTOS NACIONAIS DA JUVENTUDE PELA PRIMEIRA VEZ NA HUNGRIA

Os primeiros «parlamentos da juventude», novas instâncias de actividade dos jovens na vida pública, começaram em Março do ano passado, à escala dos locais de trabalho e das escolas, e terminaram em Dezembro, à escala sectorial. Este diálogo democrático entre os jovens e os dirigentes locais, depois regionais e, enfim, nacionais, foi instaurado com a Lei sobre a Juventude, que a Hungria foi o segundo país a adoptar, em 1971. Os jovens participaram em grande número nessas sessões. Têm direito a participar todos os jovens trabalhadores e estudantes, membros ou não da União das Juventudes Comunistas, vasta organização nacional de jovens. Estes parlamentos podem ser considerados como uma pedra de toque da Lei, porque revelaram até que ponto os jovens conhecem os seus direitos e deveres e como aprenderam a utilizá-los durante os últimos três anos. O que realça ainda mais a importância que ocorreu este ano: o 30.º aniversário da Libertação e o XI.º Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro.

A legislação de 1971 sobre a juventude propunha-se fixar os direitos e os deveres fundamentais dos jovens e salientar as tarefas e as obrigações dos organismos de Estado e das cooperativas, facilitar a participação devotada da juventude na edificação do socialismo, criar condições mais favoráveis à educação socialista da jovem geração e ajudar os jovens a preparar-se, tendo em vista as suas futuras tarefas. Por outro lado, esta Lei fixa igualmente as disposições respeitantes à protecção da saúde dos jovens, da sua cultura, do seu movimento desportivo; assim como dos direitos das suas organizações sociais.

As modalidades de execução da lei foram definidas por decretos promulgados pelo Conselho de Ministros e pelos diferentes ministérios. Vinte ministérios e órgãos nacionais definiram as modalidades de

aplicação da Lei no sector do seu interesse. Essa definição obriga os dirigentes das empresas, das fábricas e das instituições a ela-



borar planos anuais das acções de política de juventude necessárias no local de trabalho.

A Lei em questão estipula que os parlamentos dos jovens, instrumentos da passagem à prática da política de juventude, devem ser convocados de dois em dois anos. O sucesso das sessões realizadas pela pri-

meira vez este ano foi manifesto. Os 8000 parlamentos organizados nos locais de trabalho contaram com a participação de perto de



um milhão de jovens com menos de trinta anos, ou seja 60 a 70 por cento desta categoria de idade. Um quinto dos assistentes pediram a palavra. As intervenções, longe de traduzirem exigências unilaterais, foram antes a prova de uma interpretação harmoniosa dos direitos e dos deveres. Versaram sobretudo

as condições de vida e de trabalho dos jovens, o problema da continuação dos estudos dos jovens trabalhadores e a avaliação das emulações no trabalho. Informados acerca das grandes opções do 5.º Plano quinquenal (1976-1980) em matéria de política de juventude, os jovens formularam os seus desejos à intenção dos dirigentes económicos e evocaram certos problemas relativos à defesa dos seus interesses.

Os dirigentes económicos podiam responder, na altura, às interperações dos jovens ou, no caso de problemas que pedissem uma análise detalhada, redigir por escrito a resposta nos trinta dias seguintes.

A segunda etapa dos parlamentos de juventude teve lugar em Junho e Julho à escala departamental, por ramos profissionais, em 150 locais. Estas sessões reuniram os delegados eleitos dos parlamentos locais, que aí exprimiram a opinião e as sugestões dos seus eleitores, confrontando-as. As experiências continuaram aqui a ser favoráveis. A escala superior destes parlamentos é constituída por 50 sessões sectoriais (têxtil, siderurgia, máquinas / utensílios, electrónica, etc.) realizadas em Dezembro.

As conclusões desta série de manifestações serão submetidas, nos princípios deste ano, ao Governo pelo Comité de Estado da Juventude. Este último destacará as tarefas que, ultrapassando a competência de tal ou tal ministro, pedem uma solução tomada de cima.



DESENVOLVE-SE NA RDA A ASSISTÊNCIA ÀS MÃES

De 1949 a 1973, a mortalidade infantil, na República Democrática Alemã, reduziu-se de 7,8 para 1,6 por cento. Trata-se de um êxito decorrente da crescente assistência prestada pelo Estado socialista às mães e crianças. De modo permanente, foram colocados à disposição do sector consideráveis pressupostos materiais, melhorando-se a qualidade dos serviços médicos prestados.

Prevenir é melhor do que curar. Esse princípio básico tem validade, em grande medida, na assistência às futuras mães e aos futuros bebés. Em 950 centros especializados, mais de 99,5 por cento de todas as mulheres grávidas são devidamente examinadas e assistidas. As futuras mães, possuidoras de alguma enfermidade, são tratadas num dos 12 centros especiais, adquirindo as condições necessárias a um parto feliz. As parturientes, na base de acordos com as empresas, têm assegurados os seus respectivos postos de trabalho, durante o seu afastamento. Na República Democrática Alemã, o afastamento do trabalho, por motivo de gravidez, é de 18 semanas, com pagamento integral dos salários. No ano passado, a

média paga mensalmente a cada mulher foi de 1873 marcos. Mais de 99 por cento de todas as parturientes deram à luz numa policlínica, onde elas e seus filhos receberam completa assistência médica especializada, além de medicamentos inteiramente gratuitos.

As medidas sociopolíticas, que entraram em vigor no dia 27 de Abril de 1972, implicaram no aumento do auxílio na natalidade. Por cada filho que nasce, os pais recebem a importância de 1000 marcos. Com essa finalidade, a Previdência Social empregou, no ano passado, 160,3 milhões de marcos.

Consideráveis recursos financeiros estão a ser utilizados em função do desdobramento e combate a certas enfermidades raras

A Polónia não é uma potência nem tem intenções de ser uma potência. Do ponto de vista da extensão territorial e

Polónia:

ASSEGURAR A PAZ E A INDEPENDÊNCIA

da população é um país médio. A posição geográfica da Polónia e o seu potencial económico determinam-lhe um papel importante no continente europeu. O carácter das relações da Polónia com o grande país vizinho do Leste — a União Soviética — assim como com a República Democrática Alemã e a República Federal da Alemanha, têm uma influência considerável no clima político da Europa, do mesmo modo que as suas relações com os restantes vizinhos — a Checoslováquia, a Hungria, a Roménia, a Jugoslávia e os países escandinavos.

Quando, após a queda do fascismo alemão, os polacos passaram a organizar de novo o seu Estado e a reconstruir o país devastado, no domínio da política estrangeira tiveram de escolher entre as duas orientações existentes. A primeira, tradicional, realizada no período entre as duas guerras, via a segurança da Polónia em alianças com as potências ocidentais e em relações bastante frias com a URSS. A segunda proclamava a necessidade de apoiar a independência do país numa estreita aliança com a União Soviética e os vizinhos mais próximos.

A primeira orientação não salvou a Polónia dos erros de 1939. A segunda, era uma doutrina ainda não posta à prova. Os esquerdistas radicais, que nos anos 1944-45 passaram a exercer o poder na Polónia, escolheram a segunda orientação em defesa dos interesses tanto nacionais como ideológicos.

Os três decénios do pós-guerra figuram na mente dos polacos como o período mais tranquilo da história moderna do seu povo. Durante todo esse período nunca representou um perigo para a Europa ou para o mundo. A sua política externa nunca criou tensões ou conflitos que pudessem ameaçar a paz na Europa ou no mundo. A Polónia é um membro pacífico da comunidade internacional.

Baseando-se no sistema de alianças com os países vizinhos, a Polónia pode, no período de pós-guerra, desenvolver uma visível actividade em todas as questões que dizem respeito à paz mundial e à cooperação internacional entre os povos e os Estados. A política externa da Polónia concentra-se, antes de mais nada, nos problemas europeus. A criação, no continente, de condições pacíficas, duradouras e estáveis permanece o seu objectivo mais importante. A prioridade concedida à Europa é perfeitamente compreensível. A existência nesse continente de estruturas pacíficas garante à Polónia um desenvolvimento interno em condições de paz.

Dois iniciativas polacas no período do pós-guerra merecem ser sublinhadas. A primeira delas foi formulada em 1957, na ONU e é a proposta de criação, na Europa central, de uma zona desatomizada. O mundo conhece esta proposta sob a designação de Plano Rapacki. Ainda que o Plano Rapacki não tivesse sido realizado permanece o facto de a proposta polaca ter aberto uma fase de negociações construtivas sobre a distensão internacional. Na realidade, a proposta polaca foi a primeira tentativa séria para se sair da «guerra fria».

Em 1964, ainda na ONU, o ministro polaco dos Negócios Estrangeiros, Adam Rapacki, formulou a proposta de convocação de uma conferência dedicada à segurança e à cooperação europeias. Durante muitos anos esse projecto permaneceu como um dos pontos centrais das conversações e das negociações Leste-Oeste. Actualmente essa conferência encontra-se na sua segunda fase.

Um papel de considerável importância na política externa polaca do pós-guerra desempenhou também a questão alemã. Foi criado um novo tipo de relações entre a Polónia e a República Democrática Alemã. As vitórias polacas neste campo são muito importantes e constituem um acontecimento histórico para ambos os povos.

Com o outro Estado alemão, a República Federal da Alemanha, graças à conclusão, no dia 7 de Dezembro de 1970, do convénio sobre «as bases da normalização das relações», no qual a RFA reconheceu as fronteiras polacas ao longo dos rios Odra e Nysa, como definitivas, foram criadas plataformas de cooperação em vários domínios.

Actualmente, a política externa da Polónia está ao serviço dos interesses fundamentais da nação e é a segura defesa do maior tesouro dos polacos — a independência do país.

(Da Agência Polaca Interpress para «Avante!»)

NO 57.º ANIVERSÁRIO DO EXÉRCITO SOVIÉTICO

O Exército não é senão a força armada do Estado. O seu carácter e orientação, bem como as esferas e os meios por que ele é usado, dependem na íntegra do tipo do Estado e da política seguida pelas suas classes dominantes. Durante séculos, as classes exploradoras — a começar pelos donos de escravos e a terminar pela actual burguesia monopolista — formavam o Exército e serviam-se dele, em primeiro lugar, para manter submissas as massas trabalhadoras e, em segundo lugar, para estender a esfera da exploração a outros países e esmagar a luta libertadora dos povos oprimidos.

Os imperialistas e os seus ideólogos, como é natural, não falam abertamente dos objectivos a que destinam os seus exércitos. Pelo contrário, dissimulam-nos por todos os meios possíveis. Alegando o facto de que dos modernos exércitos de massas fazem parte representantes de todas as camadas sociais da população, os apologistas do imperialismo fazem-nos passar por uma organização que estaria acima das classes sociais, defenderia os interesses «de toda a nação» e não se imiscuiria na política. Os factos reais, entretanto, mostram o contrário, comprovando a justiça da tese de V. Lenine no sentido de que «um exército não pode ser, jamais, nem sequer neutro» em relação aos interesses políticos de tais ou quais classes e camadas da sociedade. A História conhece muitos casos em que a «máquina de guerra» era posta em acção pelas classes exploradoras para esmagar greves de operários e revoltas de camponeses dentro do país. Na «folha de serviços» dos exércitos imperialistas figura, também, um sem-fim de guerras de conquista conduzidas em nome dos interesses do capital monopolista.

As Forças Armadas soviéticas, contudo, pelo seu carácter, natureza social e missão histórica, são algo fundamentalmente novo e diferente. Nelas se reflectem os traços do regime social e estatal de um país socialista; filho dilecto do poder operário e camponês, estas forças são o seu estelo seguro. A característica principal deste exército de novo tipo reside no facto de ele ser uma arma destinada à defesa dos interesses vitais das massas trabalhadoras, das conquistas do socialismo, tendo por dirigente e guia o Partido Comunista.

Depois de estudar a fundo a prática dos movimentos revolucionários e da luta dos trabalhadores contra os seus opressores, V. Lenine chegou a seguinte conclusão: *Toda e qualquer revolução só vale defender-se. Para uma revolução socialista, contra a qual se erguem todas as forças reaccionárias — internas e externas — saber defender-se é ainda mais imprescindível.*

A transição entre o capitalismo e o socialismo, segundo

de uma sociedade socialista desenvolvida — há muito não existem grupos sociais contra os quais os trabalhadores tenham a necessidade de usar a força armada. Somente a ameaça de guerra que emana do campo imperialista obriga o Estado soviético a destinar meios para a defesa e manter o Exército e a Marinha num alto nível de equipamento

lectivo dos povos irmãos. O Exército soviético colabora, sob múltiplos aspectos, com os seus aliados do Tratado de Varsóvia e ajuda outros exércitos irmãos. A defesa do socialismo contra os inimigos externos é uma lei objectiva do progresso de cada país, da mesma forma que do sistema socialista mundial no seu conjunto. Esta missão é cumprida mediante o esforço conjugado dos países socialistas guiados pelos partidos marxistas-leninistas.

No passado dia 23 passou o 57.º aniversário do Exército soviético. Através da agência soviética Novosti, em exclusivo para o «Avante!», o general do Exército Alexei Epishév, chefe do Departamento Político Central do Exército Soviético e da Marinha de Guerra da URSS escreveu sobre a MISSÃO HISTÓRICA DO EXÉRCITO SOVIÉTICO.

Não se pode deixar de constatar que o poderio militar do socialismo impede a exportação da contra-revolução imperialista e, com isso, contribui objectivamente para o êxito dos movimentos revolucionários e libertadores.

Nas presentes condições, quando o imperialismo não renuncia às suas tentativas de frear o processo revolucionário mundial e esmagar o movimento nacional-libertador, os países socialistas consideram seu dever apoiar os povos que defendem a sua independência. Esta ajuda nada tem que ver com a «exportação da revolução», com a imposição a outros povos do seu modo de vida: trata-se de uma ajuda internacional fraternal aos povos oprimidos que se levantaram para a luta em defesa dos seus direitos e interesses. Mesmo quando a URSS, apertada pelo cerco capitalista, se via obrigada a dedicar uma atenção primordial ao fortalecimento da sua própria defesa, os soviéticos partilhavam fraternalmente com outros povos os seus recursos materiais e a sua experiência militar.

A missão libertadora internacional do Exército soviético manifestou-se com mais força do que nunca na segunda guerra mundial. Tendo contribuído de modo decisivo para a destruição da máquina de guerra do fascismo alemão e do imperialismo japonês, as Forças Armadas da URSS, graças aos seus triunfos, criaram condições excepcionalmente favoráveis para uma poderosa ascensão do movimento libertador, em consequência da qual os povos de vários países da Europa e Ásia escolheram o caminho do desenvolvimento livre que os conduziu ao socialismo. Nestes países foram aniquiladas as forças da reacção interna que colaboravam com o fascismo. As tropas soviéticas impediram a exportação da contra-revolução para os Estados recém-formados de democracia popular, protegendo-os contra a intromissão estrangeira. Este é um altíssimo mérito das Forças Armadas sovié-

Por força de condições históricas, a União Soviética, que é o Estado socialista mais poderoso, chama a si o maior peso destes esforços de guerra: o seu poderio militar seria a causa da segurança co-

lectiva dos povos irmãos. O Exército soviético colabora, sob múltiplos aspectos, com os seus aliados do Tratado de Varsóvia e ajuda outros exércitos irmãos. A defesa do socialismo contra os inimigos externos é uma lei objectiva do progresso de cada país, da mesma forma que do sistema socialista mundial no seu conjunto. Esta missão é cumprida mediante o esforço conjugado dos países socialistas guiados pelos partidos marxistas-leninistas.

Não se pode deixar de constatar que o poderio militar do socialismo impede a exportação da contra-revolução imperialista e, com isso, contribui objectivamente para o êxito dos movimentos revolucionários e libertadores.

Nas presentes condições, quando o imperialismo não renuncia às suas tentativas de frear o processo revolucionário mundial e esmagar o movimento nacional-libertador, os países socialistas consideram seu dever apoiar os povos que defendem a sua independência. Esta ajuda nada tem que ver com a «exportação da revolução», com a imposição a outros povos do seu modo de vida: trata-se de uma ajuda internacional fraternal aos povos oprimidos que se levantaram para a luta em defesa dos seus direitos e interesses. Mesmo quando a URSS, apertada pelo cerco capitalista, se via obrigada a dedicar uma atenção primordial ao fortalecimento da sua própria defesa, os soviéticos partilhavam fraternalmente com outros povos os seus recursos materiais e a sua experiência militar.

A missão libertadora internacional do Exército soviético manifestou-se com mais força do que nunca na segunda guerra mundial. Tendo contribuído de modo decisivo para a destruição da máquina de guerra do fascismo alemão e do imperialismo japonês, as Forças Armadas da URSS, graças aos seus triunfos, criaram condições excepcionalmente favoráveis para uma poderosa ascensão do movimento libertador, em consequência da qual os povos de vários países da Europa e Ásia escolheram o caminho do desenvolvimento livre que os conduziu ao socialismo. Nestes países foram aniquiladas as forças da reacção interna que colaboravam com o fascismo. As tropas soviéticas impediram a exportação da contra-revolução para os Estados recém-formados de democracia popular, protegendo-os contra a intromissão estrangeira. Este é um altíssimo mérito das Forças Armadas sovié-

Por força de condições históricas, a União Soviética, que é o Estado socialista mais poderoso, chama a si o maior peso destes esforços de guerra: o seu poderio militar seria a causa da segurança co-

lectiva dos povos irmãos. O Exército soviético colabora, sob múltiplos aspectos, com os seus aliados do Tratado de Varsóvia e ajuda outros exércitos irmãos. A defesa do socialismo contra os inimigos externos é uma lei objectiva do progresso de cada país, da mesma forma que do sistema socialista mundial no seu conjunto. Esta missão é cumprida mediante o esforço conjugado dos países socialistas guiados pelos partidos marxistas-leninistas.

Não se pode deixar de constatar que o poderio militar do socialismo impede a exportação da contra-revolução imperialista e, com isso, contribui objectivamente para o êxito dos movimentos revolucionários e libertadores.

Nas presentes condições, quando o imperialismo não renuncia às suas tentativas de frear o processo revolucionário mundial e esmagar o movimento nacional-libertador, os países socialistas consideram seu dever apoiar os povos que defendem a sua independência. Esta ajuda nada tem que ver com a «exportação da revolução», com a imposição a outros povos do seu modo de vida: trata-se de uma ajuda internacional fraternal aos povos oprimidos que se levantaram para a luta em defesa dos seus direitos e interesses. Mesmo quando a URSS, apertada pelo cerco capitalista, se via obrigada a dedicar uma atenção primordial ao fortalecimento da sua própria defesa, os soviéticos partilhavam fraternalmente com outros povos os seus recursos materiais e a sua experiência militar.

A missão libertadora internacional do Exército soviético manifestou-se com mais força do que nunca na segunda guerra mundial. Tendo contribuído de modo decisivo para a destruição da máquina de guerra do fascismo alemão e do imperialismo japonês, as Forças Armadas da URSS, graças aos seus triunfos, criaram condições excepcionalmente favoráveis para uma poderosa ascensão do movimento libertador, em consequência da qual os povos de vários países da Europa e Ásia escolheram o caminho do desenvolvimento livre que os conduziu ao socialismo. Nestes países foram aniquiladas as forças da reacção interna que colaboravam com o fascismo. As tropas soviéticas impediram a exportação da contra-revolução para os Estados recém-formados de democracia popular, protegendo-os contra a intromissão estrangeira. Este é um altíssimo mérito das Forças Armadas sovié-

Por força de condições históricas, a União Soviética, que é o Estado socialista mais poderoso, chama a si o maior peso destes esforços de guerra: o seu poderio militar seria a causa da segurança co-

lectiva dos povos irmãos. O Exército soviético colabora, sob múltiplos aspectos, com os seus aliados do Tratado de Varsóvia e ajuda outros exércitos irmãos. A defesa do socialismo contra os inimigos externos é uma lei objectiva do progresso de cada país, da mesma forma que do sistema socialista mundial no seu conjunto. Esta missão é cumprida mediante o esforço conjugado dos países socialistas guiados pelos partidos marxistas-leninistas.

Não se pode deixar de constatar que o poderio militar do socialismo impede a exportação da contra-revolução imperialista e, com isso, contribui objectivamente para o êxito dos movimentos revolucionários e libertadores.

Nas presentes condições, quando o imperialismo não renuncia às suas tentativas de frear o processo revolucionário mundial e esmagar o movimento nacional-libertador, os países socialistas consideram seu dever apoiar os povos que defendem a sua independência. Esta ajuda nada tem que ver com a «exportação da revolução», com a imposição a outros povos do seu modo de vida: trata-se de uma ajuda internacional fraternal aos povos oprimidos que se levantaram para a luta em defesa dos seus direitos e interesses. Mesmo quando a URSS, apertada pelo cerco capitalista, se via obrigada a dedicar uma atenção primordial ao fortalecimento da sua própria defesa, os soviéticos partilhavam fraternalmente com outros povos os seus recursos materiais e a sua experiência militar.

A missão libertadora internacional do Exército soviético manifestou-se com mais força do que nunca na segunda guerra mundial. Tendo contribuído de modo decisivo para a destruição da máquina de guerra do fascismo alemão e do imperialismo japonês, as Forças Armadas da URSS, graças aos seus triunfos, criaram condições excepcionalmente favoráveis para uma poderosa ascensão do movimento libertador, em consequência da qual os povos de vários países da Europa e Ásia escolheram o caminho do desenvolvimento livre que os conduziu ao socialismo. Nestes países foram aniquiladas as forças da reacção interna que colaboravam com o fascismo. As tropas soviéticas impediram a exportação da contra-revolução para os Estados recém-formados de democracia popular, protegendo-os contra a intromissão estrangeira. Este é um altíssimo mérito das Forças Armadas sovié-

Por força de condições históricas, a União Soviética, que é o Estado socialista mais poderoso, chama a si o maior peso destes esforços de guerra: o seu poderio militar seria a causa da segurança co-

Novos livros Estampa

MANUAL DE ECONOMIA POLITICA
5 volumes
Autor — Vários
Colecção — Biblioteca Estampa, 4
Preço 60\$000 cada volume

OS COMUNISTAS E A SOCIAL DEMOCRACIA
V. Vassine, S. Gribanov e I. Undessynov
Colecção Cadernos Políticos, 10
Preço 40\$000

ESTUDOS SOBRE A ORIGEM DA CONSCIENCIA E DA LINGUAGEM
Trân Duc Thao
Colecção Teses, 12
Preço 90\$000

ACERCA DAS QUESTOES DO LENINISMO
Estaline
Colecção Biblioteca do Socialismo Científico, n.º 4
Preço 30\$000

HISTORIA DAS LITERATURAS UNIVERSAIS VI
Direcção de Wolfgang Von Einstelel
Colecção Biblioteca Estampa, 9
Preço 70\$000

EDITORIAL ESTAMPA
Rua da Escola do Exército, 9, r/c, dto.
Telefone 555663 Lisboa 1

Informação

A extrema-direita é a antinação!

O discurso pronunciado pelo primeiro-ministro no Sabugo teve uma ampla repercussão popular. Mas não agradou à reacção nem a muitos elementos de certos partidos que se dizem identificados com o Programa do Movimento das Forças Armadas.

O direito à crítica é hoje livre em Portugal e nada há de estranho no facto de individualidades e forças políticas que se proclamam democráticas terem pontos de vista que não coincidem com os do brigadeiro Vasco Gonçalves. O que não é contudo natural é que a maioria das críticas feitas ao discurso do primeiro-ministro envolva uma contestação frontal de princípios básicos do Programa do MFA que traduzem aspirações fundamentais do povo português e de qualquer sociedade democrática e progressista.

É preocupante, por exemplo, que a «República», em quatro editoriais dedicados ao discurso do Sabugo, apresente um balanço negativo das palavras do primeiro-ministro. É mais preocupante ainda que o faça para tentar refutar o significado da campanha de dinamização cultural do MFA, para investir contra o saneamento, para defender um conceito antipolítico de nação e fazer a apologia de um conceito de democracia que três anos após o início da Revolução Francesa, há mais de 180 anos, já estava ultrapassado.

É greve que um órgão de Informação com tradições democráticas vislumbra perigos no trabalho de esclarecimento efectuado pelas equipas do MFA. Mais grave ainda é, porém, que abraça a tese aristocrática da cultura e que a «cultura é uma só» e sustente que a existência de uma cultura popular é incompatível com a democracia, que falar de «cultura popular, de dinamização da cultura popular» é fazer divisionismo, é «stornarmos-nos fascistas». Essa incrível afirmativa parte de outra posição que nada tem de científica, de democrática, expressa na sentença de que são fascistas todos aqueles que estabelecem «divisórias entre o povo e outras classes ou profissões». Onde terá a «República» ido buscar o fundamento teórico para essa enormidade, traduzida, aliás, em termos tão confusos pela própria imprecisão terminológica?

O povo «somos todos nós», proclama artificialmente o editorialista. E cita, como exemplo, pouco feliz, os magistrados. Que magistrados? Os que estão inquietos com a sorte dos contra-revolucionários do 28 de Setembro, dos sabotadores do BIP e da Torralla? O que é o povo para a «República»? Os senhores membros do Conselho Geral da Ordem dos Advogados que sofrem pela não aplicação rigorosa dos códigos e leis fascistas?

O estilo, a forma e o fundo do discurso do brigadeiro Vasco Gonçalves são tema de comentários depreciativos. Mas a situação dos operários, dos camponeses, dos pequenos comerciantes preocupa menos a «República» do que a sorte de alguns «do 28 de Setembro, de outros do 13 de Dezembro», vítimas do «ódio e da vingança».

A piedade que a «República» sente diante da situação desses inimigos do povo leva-a a conclusões sombrias. «Caminhamos para o totalitarismo — escreve — e este é a guerra civil. Fria ou quente, mas a guerra.» Qual guerra civil?

O conceito de democracia, o conceito de povo, o conceito de classes, o conceito de patriotismo, o conceito de liberdade da «República» estão sinteticamente numa afirmação que resume o espírito da série de editoriais: «A Nação somos todos, desde a extrema-direita à extrema-esquerda.»

Nunca é de mais repetir que a democracia e a liberdade não podem ser eficazmente defendidas se os inimigos de ambas tiverem liberdade para conspirar contra elas. A extrema-direita não faz parte da Nação, é a antinação. Demonstrou-o ao longo de 48 anos de fascismo, de 13 anos de guerra colonial. Demonstrou-o no 28 de Setembro, demonstra-o diariamente pelo seu comportamento. Pretender reintegrar os fascistas na Nação, pretender que eles são povo é uma aberração, é uma monstruosidade. O MFA e o Governo Provisório não deram aos fascistas o tratamento que eles dispensaram durante várias décadas a todo o povo. Até os assassinos da PIDE foram tratados como homens. Ninguém foi torturado em Portugal após o 25 de Abril. Mas daí a reconhecer que a extrema-direita faz parte da Nação, que é povo, vai uma distância intransponível.

Não nos parece também normal que num conjunto de artigos em que o pensamento político do primeiro-ministro é alvo de críticas se recorra a expressões que podem funcionar como porta aberta para outro tipo de ataques, de natureza pessoal, vindos de forças de direita, impacientes para desencadear a escalada contra-revolucionária contra o MFA e as suas individualidades mais representativas. Para designar o primeiro-ministro, a «República» emprega repetidamente a expressão «o sr. eng. Vasco Gonçalves». Ora, não é como engenheiro que o brigadeiro Vasco Gonçalves está presente no processo democrático e revolucionário português. O reparo pode parecer de somenos importância. Mas tem cabimento. Oferecer pretextos e fórmulas à reacção é sempre perigoso. É oportuno lembrar que no Chile a grande ofensiva contra a Unidade Popular se iniciou a partir de campanhas, a princípio tímidas e até aparentemente inocentes, contra a pessoa de Salvador Allende. Quando um jornalista escreveu que o presidente era um aristocrata descendente de antigos vice-reis do Peru, muita gente se riu. Mas era o começo de uma campanha reaccionária que visava ao desprestígio de Allende, como primeiro passo da caminhada que levou à tragédia do 11 de Setembro.

Ajuda externa e vigilância interna

O embaixador dos Estados Unidos em Lisboa e o ministro das Finanças assinaram dois acordos de cooperação económica relativos à aplicação em Portugal de 30 milhões de dólares (cerca de 750 mil contos) nos sectores de habitação, educação, saúde e agricultura. O primeiro acordo refere-se ao empréstimo de uma primeira parcela de 25 000 contos e o segundo a uma oferta de 18 000 contos feita pela Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID) destinada, segundo se anunciou, ao pagamento de consultas técnicas e programas de treino, especialmente no sector da habitação. Na opinião do ministro das Finanças, Silva Lopes, os dois acordos são «um marco importante no domínio da cooperação económica e financeira entre os Estados Unidos e Portugal» e uma «contribuição» muito válida, pois se trata do primeiro gesto concreto de auxílio à Portugal depois do 25 de Abril.

A ajuda económica dos Estados Unidos à Portugal será sempre bem recebida, como a de qualquer outro país, desde que correspondam aos interesses nacionais. Poderá ser proveitosa para ambos os países. Mas terá, evidentemente, de ser encarada da parte do Washington sob uma perspectiva muito diferente da tradicional, quando a «ajuda» americana se resumia a iniciativas orientadas para o reforço do poder dos monopólios, numa época em que a sustentação política e militar do fascismo constituía uma preocupação para o Congresso dos EUA. Outros países assinaram já com Portugal, principalmente os da área socialista, acordos que são vantajosos para as duas partes, dentro do mais escrupuloso respeito pela nossa soberania e independência económica. Os Estados Unidos têm todas as condições económicas para seguir o exemplo desses países. Só o tempo nos permitirá, contudo, um julgamento seguro, sobre a vantagem de um empréstimo cujas modalidades de aplicação são complexas, por se destinarem a investimentos em sectores tão nevralgicos como são os da habitação, educação, saúde e cultura. Quanto à oferta da AID, é difícil encará-la sem apreensões. Esses 18 000 contos serão gastos no pagamento de «consultas técnicas e programas de treino». Infelizmente, os antecedentes dos programas de auxílio da AID são pouco tranquilizadores. A acção da AID na América Latina, por exemplo, tem sido tão nefasta que hoje é recusada pelas nações daquele subcontinente que lutam por uma real independência económica e política. As «consultas técnicas e os programas de treino» revelaram, na prática, em muitos casos, ser uma forma de penetração de elementos empenhados em desenvolver actividades incompatíveis com a segurança e a soberania dessas nações. Em países que expulsaram os membros dos Corpos da Paz, apurou-se que havia íntimas ligações entre os seus elementos e os consultores e técnicos pagos com a ajuda da AID.

O auxílio externo positivo, repetimos, é sempre bem vindo. Mas, no actual momento da Revolução Portuguesa, toda a vigilância é pouca.

Contra a sabotagem nas escolas

A degradação do clima político no ensino, que culminou com a greve generalizada a um número apreciável de liceus, levou os importantes e complexos problemas ligados ao sector de educação ao debate no Conselho de Ministros. Da análise efectuada em Conselho de Ministros, e em conjunto com a Junta de Salvação Nacional e representantes dos partidos da coligação, saiu uma resolução em que é destacada «a importância nacional do sector confiado ao Ministério da Educação e Cultura», pelo seu papel «na promoção cultural das populações, no desenvolvimento económico e social do País; pelo seu peso demográfico: cerca de 70 mil professores e 1 milhão e meio de alunos; pela mobilização dos recursos financeiros: aproximadamente 12 milhões de contos em 1975».

Debruçando-se sobre as causas da situação que actualmente se vive nas escolas, a resolução salienta: «Estas perturbações poderão explicar-se pelas carências, dificuldades e injustiças de toda a sorte, que só a ditadura mantinha encobertas ou ocultas, pela crise de escapatória do sistema, detectável também em outras áreas sociais; pela investida política de certos grupos apostados em levar para diante projectos objectivamente anárquicos e demagógicos, em que se manifesta a aliança suspeita dos mais descontentados correntes políticas».

Referindo-se às reuniões não representativas, em que se tem tentado decretar linhas de orientação para o ensino e movimentos reivindicativos, a resolução acentua: «Assim se «decide» rejeitar um decreto, decretar uma greve, iniciar «cursos livres», inventar formas adúlteras de avaliação do aproveitamento dos alunos, organizar debates substitutivos dos trabalhos escolares, tudo isto em nome dos interesses dos trabalhadores, que, entretanto, pelo seu efectivo labor nos campos, nas fábricas, nos escritórios, pagam os custos da irresponsabilidade e do ócio.»

Faça à situação criada, que constitui um sério entrave à evolução do processo democrático em que estão empenhadas todas as forças progressistas, o Governo Provisório propõe-se recorrer a todas as medidas necessárias para que as escolas comecem a funcionar de facto.

O peso morto ou centro de tensões, que tem vindo a ser o sector do ensino na revolução que estamos a viver, aponta-nos — para além de todas as dificuldades, de todos os atrasos, de resoluções que não correspondam à sua necessária democratização — para um facto muito concreto — a reacção está a jogar nas escolas. A reacção está a tentar servir-se das massas estudantis para pôr em causa e sabotar tanto quanto possível o processo revolucionário que se vive em Portugal. A roupagem esquerdizante que utiliza, em nada altera essa realidade. Aliás essa roupagem anda tão esburacada, que se torna com frequência difícil distingui-la da face real e sem máscara da reacção.

Os problemas existentes são reais, e por vezes as soluções encontradas não lhes dão a melhor resposta. A manutenção da escala de valores de 1 a 20, apontada por professores e alunos progressistas, e em particular pela UEC e pelos professores comunistas, como inadequada e obsoleta, é um exemplo. Mas nada disto justifica a paralização de um ensino que se pretende alargar a todos os que o fascismo manteve afastados da escola.

Este, como outros casos, mais não têm sido que pretextos para uma acção destinada a afastar as massas estudantis do processo democrático, e mesmo a pô-las em confronto com as forças políticas que o defendem e fazem avançar decididamente.

As escolas transformar-se-ão nos centros de trabalho e de cultura, abertos aos filhos dos trabalhadores, de que a jovem revolução portuguesa necessita. É urgente. Mas só possível com as massas estudantis, com as forças progressistas dentro das escolas, com os trabalhadores. Contra os agentes da provocação.

A reacção interna e a externa marcham de mãos dadas

Paralelamente à campanha de calúnias contra o Portugal livre e democrático desencadeada por certos órgãos de Informação estrangeiros amplia-se em vários países outra campanha, muito semelhante, e sincronizada com a primeira, que tem como instrumentos jornais destinados aos emigrantes portugueses. Já referimos alguns casos escandalosos em que estão envolvidos jornais de língua portuguesa, editados em França — que publicam grandes anúncios do CDS e do Banco Pinto & Sotto Maior —, e comentamos o escândalo, ainda maior, do «Mundo Português», do Rio de Janeiro, que ao lado de insultos ao MFA e ao primeiro-ministro publica anúncios da filial da Caixa Geral dos Depósitos no Brasil.

Nos Estados Unidos, o panorama da imprensa portuguesa reaccionária não é diferente. Dois pasquins, o «Portuguese Times», de New Bedford, e o «Luso-Americano», de Newark, destacam-se como porta-vozes dos elementos fascistas da colónia portuguesa nos Estados Unidos. Ambos estão empenhados numa campanha anticomunista e anti-MFA que supera, de longe, tudo o que o género fizeram os redactores do defuncto «Bandarra».

O «Portuguese Times» não se limita aos insultos contra o nosso Partido e as Forças Armadas. Dá conselhos à reacção, aponta soluções salvadoras. O editorial da edição de 6 de Fevereiro exorta o PS e o PPD a uma cruzada contra o PCP. Depois de salientar que «o sucesso da revolução depende agora dos partidos socialista e social-democrata», tira uma conclusão. «Da oposição ao Partido Comunista — escreve — socialistas e socialistas-democratas parecem caminhar para uma aliança em que os factores numerosos de afinidade entre os dois grupos lhes vão permitir uma identificação comum na corrida para o Poder.» O artigo termina com críticas ao brigadeiro Vasco Gonçalves. Na mesma página, o jornal entrega-se a denúncias policiais dos elementos que define como membros de «um núcleo comunista» dentro da Comunidade Portuguesa dos Estados Unidos. A mesma edição abre com um título provocatório. O noticiário que se segue é um amontoado de «informações» falsas. Sobre as relações entre Portugal e a União Soviética, é verdade que o «Portuguese Times» publica na mesma página um breve telegrama no qual se esclarece que o Governo português desmentiu um imaginário pedido soviético, sobre facilidades em portos portugueses, mas acrescenta que «circulos ligados ao Governo português estão convencidos de que o pedido dos russos na realidade existiu». Que círculos?

O anti-sovietismo é também um dos temas favoritos do «Luso-Americano», que explora com idêntica desonestidade o boato reaccionário. Toda a primeira página da edição de 6 de Fevereiro é ocupada por uma fotografia do Parque de Campismo de Setúbal. Ao alto um título a toda a largura: «Aqui outra encantadora balai cobijada pelos nossos «camaradas» do Leste.» Houve apenas um desentono entre os dois jornais. Para o «Portuguese Times», a balai era outra, a da Figueira da Foz. O «Luso-Americano» levanta uma ponta do véu que envolve a conspiração da mentira, ao garantir que a agência Associated Press desmentiu o desmentido do Governo Provisório português.

Lidos em Portugal, esses pasquins editados pelos elementos fascistas da colónia portuguesa dos Estados Unidos despertam muitas vezes o riso. Mas o significado dessa campanha de ódio, de anticomunismo fanático, de ofensas ao MFA e ao primeiro-ministro não deve ser subestimada. Por detrás da calúnia gratuita, da infâmia, estão forças políticas organizadas, está toda uma rede que age articuladamente com a reacção interna. Seria oportuno, por exemplo, averiguar que papel desempenhou na difusão dos boatos que envolvem o nome da União Soviética a agência Associated Press que agora se está a instalar em força em Portugal e foi apresentada por alguns órgãos de informação de Lisboa como a mais respeitável, objectiva e honesta das agências noticiosas internacionais. E averiguar também quem estará atrás dos telegramas falsos distribuídos pela Associated Press.

A qualidade da informação e o nível dos comentários não permitiriam a jornais como o «Portuguese Times» e o «Luso-Americano» — dignos irmãos de «A Voz de Portugal» e o «Mundo Português», do Brasil — sobreviver num país como os Estados Unidos. O primeiro tem 32 páginas; o segundo 24. São jornais caros, financiados por uma publicidade cara. E entre os anunciantes figuram, como na França e no Brasil em casos semelhantes, empresas portuguesas, bancos portugueses. Dois exemplos: o Banco Borges & Irmão e a Casa da Sorte. A evidência não pode ser negada: a reacção nacional financia liberadamente, conscientemente, a campanha de calúnias que se desenvolve no exterior não apenas contra o nosso Partido e contra as boas relações luso-soviéticas mas também contra o MFA, contra o primeiro-ministro, contra o processo revolucionário, contra o povo português. É uma campanha em que a reacção externa e a reacção interna marcham de mãos dadas.

«Um pacto com o povo» No seu último número o Boletim do Movimento das Forças Armadas publicou o importante editorial que a seguir transcrevemos: «O ponto fundamental do actual processo político situa-se na escolha entre dois contrários: ou bem o processo revolucionário avança e há que lançar a nação para tarefas precisas e prioritárias de restituição deste país ao seu povo (o que pressupõe dar à revolução um conteúdo de independência política, económica e social); ou bem o processo estagna e dá origem à contra-revolução. A questão está em saber quem está ao lado da luta dos pobres, dos humildes e humilhados deste país e quem constrói com eles um país livre; quem, escondido ou não por detrás de palavras sedutoras, quer reír o caminho da libertação de um povo.»

«Um pacto com o povo» No seu último número o Boletim do Movimento das Forças Armadas publicou o importante editorial que a seguir transcrevemos: «O ponto fundamental do actual processo político situa-se na escolha entre dois contrários: ou bem o processo revolucionário avança e há que lançar a nação para tarefas precisas e prioritárias de restituição deste país ao seu povo (o que pressupõe dar à revolução um conteúdo de independência política, económica e social); ou bem o processo estagna e dá origem à contra-revolução. A questão está em saber quem está ao lado da luta dos pobres, dos humildes e humilhados deste país e quem constrói com eles um país livre; quem, escondido ou não por detrás de palavras sedutoras, quer reír o caminho da libertação de um povo.»

«Um pacto com o povo» No seu último número o Boletim do Movimento das Forças Armadas publicou o importante editorial que a seguir transcrevemos: «O ponto fundamental do actual processo político situa-se na escolha entre dois contrários: ou bem o processo revolucionário avança e há que lançar a nação para tarefas precisas e prioritárias de restituição deste país ao seu povo (o que pressupõe dar à revolução um conteúdo de independência política, económica e social); ou bem o processo estagna e dá origem à contra-revolução. A questão está em saber quem está ao lado da luta dos pobres, dos humildes e humilhados deste país e quem constrói com eles um país livre; quem, escondido ou não por detrás de palavras sedutoras, quer reír o caminho da libertação de um povo.»

Se se pretende avançar claramente no sentido de um processo revolucionário há que definir não com menor clareza um projecto de independência nacional que dê ao Povo Português a possibilidade de construir ele próprio o seu destino. Se se pretende avançar no processo revolucionário há que responder, quando se fala de desenvolvimento, para quem se pretende esse desenvolvimento. Se se pretende avançar no processo revolucionário há que saber quando e como se iniciará o processo de mobilização popular, sem o qual as revoluções como o 25 de Abril se ficam pelos golpes de estado.

As respostas poderão não ser sempre coincidentes. A verdade é composta por um conjunto de verdades e nem sempre aqueles que julgam falar em nome do povo querem, de facto, servir o povo. Mas o facto é que, ninguém sendo dono absoluto da verdade, muito há que aglutine no momento presente da vida portuguesa aqueles que realmente querem um país do povo (sob o ponto de vista político, económico e social) e os que querem, sob novas formas, manipular o povo para prolongar um poder opressivo e explorador, ainda que sofisticadamente.

A democracia ou tem uma conotação, ao mesmo tempo, económica, política e social ou não é democracia. Há que pôr de lado os conceitos (sejam eles de que sentido forem) que dominam o pensamento de alguns. Ou seja: os conceitos burgueses ou imperialistas que se chocam com os interesses dos países em vias de desenvolvimento como o nosso. Na via que for encontrada para a libertação do nosso povo de todas as tutelas, não há esquemas externos que possam ser mecanicamente aplicados à nossa revolução. Esta tem de ser eminentemente nacional ou não será verdadeiramente libertadora. Tem de ser solidária dos povos que em todo o mundo lutam pela liberdade procurando fugir a todos os tipos de hegemonia.

Mas a luta por um sentido libertador do 25 de Abril implica a profunda convicção de que há que destruir o velho para construir o novo. Que a liberdade só tem sentido se entendida como liberdade para o povo e não para os exploradores do povo (novos ou antigos). Que a participação política só tem sentido pleno no seio de uma sociedade nova e não no seio de uma sociedade dominada ainda pelos espectros do passado. Que a libertação nacional implica não apenas a libertação da economia da dependência estrangeira, a recuperação das nossas riquezas naturais e a edificação de uma economia nacional, livre, fundada em bases sólidas; mas também o erguer de instituições novas que permitam ao povo a total participação no processo político e a condução desse mesmo processo.

É dentro destas perspectivas que o processo eleitoral (o primeiro livre desde há meio século, é bom lembrá-lo aos deturpadores da realidade) se deverá desenvolver. Ou a nova constituição é a carta de libertação (política, económica e social) do Povo Português, ou a liberdade em nome da qual agem os movimentos políticos terá sido uma burla.

Agora, como no 25 de Abril, sem quaisquer partes partidárias, as Forças Armadas mantêm intacto o seu pacto com o Povo Português. Com ele apenas.»

Livros soviéticos baratos ao alcance dos portugueses

Os portugueses têm agora a possibilidade de adquirir livros soviéticos de alta qualidade por preços baratíssimos. Livros que, em todos os campos, desde a literatura às ciências exactas, passando pelas obras de carácter ideológico, respondem à verdadeira sede de conhecimentos existente em relação a todos os aspectos da vida do povo soviético.

A Central Distribuidora Livreira inaugurou na Rua Pedro Nunes, n.º 9, em Lisboa, uma livraria especializada em obras soviéticas: a Interlivro. No momento, a disponibilidade de obras à venda é ainda limitada, mas em breve será possível encontrar ali uma grande variedade de títulos, pois o movimento editorial da URSS é o primeiro do mundo e as suas edições em línguas estrangeiras são famosas pela quantidade e qualidade das traduções oferecidas ao público internacional. Em média, os livros oferecidos ao público em Lisboa custarão um terço do que custam os portugueses. Não se trata, porém, de uma excepção. O livro soviético é o mais barato do mundo. Na URSS há 200 casas editoriais, 16 000 livrarias, 360 000 bibliotecas, imprimem-se milhões de toneladas de livros. Somente o público infantil consome 3000 títulos por ano; num total de 364 milhões de exemplares. A ficção corresponde a décima parte das obras editadas. Os livros sobre temas de política e sociologia representam a quarta parte do total, cabendo o primeiro lugar às obras de Lenine, editadas em 102 idiomas. Mais de 30 por cento dos títulos lançados corresponde, entretanto, a livros de carácter científico.

É parte desse extraordinário acervo cultural que está, agora, ao alcance do público português, através da Interlivro.

Mais um sermão anticomunista...

O padre de Ferreira-Nova utilizou o púlpito, na igreja de Lelais, para dirigir ataques ao Partido Comunista Português. Não poderemos — infelizmente — considerar isto uma novidade ou um caso único. Na realidade, trata-se de mais um ataque, entre muitos, ao processo democrático que se vive em Portugal. Mais um atentado à via revolucionária que o glorioso movimento do 25 de Abril abriu para o nosso país. Nada mais.

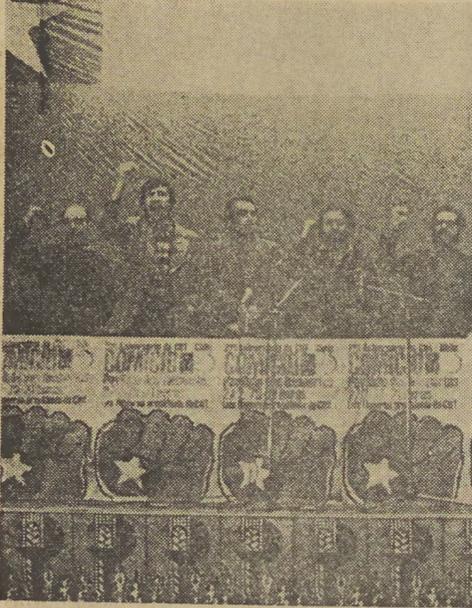
A reacção — usando e abusando do estado de despolitização, do medo da própria palavra política, que o estado fascista generalizou em quase 50 anos de opressão — faz a sua campanha ideológica e de desinformação, aqui pela boca de um padre, ali pela actuação de um cacique, senhor de terras e fábricas, acolá através dum jornal paroquial.

O papão do comunismo é arma antiga e conhecida na luta contra a liberdade e a democracia. Neste contexto, o que é curioso, é a forma renhida como forças políticas, em nome da liberdade e da democracia (claro está), acusam o nosso Partido, quando denuncia estes muitos casos de desinformação (que naturalmente põem em causa a correcta expressão dos interesses do nosso povo nas eleições que se avizinham), de considerar o povo português imaturo para o exercício das liberdades democráticas, como antes o faziam as autoridades fascistas.

Curiosa lição! Não é naturalmente uma pretensa imaturidade do povo português que está em causa, mas o peso de quase 50 anos de desinformação e obscurantismo, a que temos que somar achegas deste tipo. Terão tais forças políticas medo dum verdadeiro esclarecimento popular?

Ou deveremos considerar que já é bastante positivo esse privilégio de se estar a tornar difícil dizer ainda que «os comunistas comem crilanchinas», sendo embora normal a calúnia de que roubamos terras e confiscamos galinhas?

A LUTA NO URUGUAI PELA QUEDA DA DITADURA E A UNIDADE PATRIÓTICA E DEMOCRÁTICA



A solidariedade com os trabalhadores chilenos evocada num comício promovido pela Intersindical

SOLIDARIEDADE COM O CHILE OPRIMIDO

Alguns milhares de trabalhadores participaram, na passada semana, no Pavilhão dos Desportos, no comício de apoio à luta do povo chileno, promovido pela Intersindical Nacional, no 22.º aniversário da Central Única dos Trabalhadores — CUT — chilenos. Na mesa que presidiu ao comício encontravam-se José Gaspar e José Luís Judas, do secretariado da Intersindical Nacional; Carlos Carvalho da União dos Sindicatos do Sul, o secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas; Manuel Lopes, do Sindicato dos Têxteis do Sul; Rogério Paulo da comissão directiva da FNAT, e os cubanos Jorge Castro e Raimundo Garcia, membros do Instituto Cubano de Amizade com os Povos, que se encontram em Portugal a convite da Associação Portugal-Cuba. A meio do comício, chegou ao Pavilhão, vindo de Coimbra, o chileno Eduardo Rojas, vice-presidente da CUT. Ao decorrer do comício, actuou o coro dos mineiros de Aljustrel.

Seguinte passo: Tal como a CUT considera fundamental a unidade de todos os trabalhadores também o movimento sindical português, aglutinado à volta da Intersindical, se bateu, bate e baterá por manter intacta a nossa organização face às manobras da burguesia que, a pretexto de uma pretensa liberdade, tudo tem feito para nos dividir. Tal como no Chile ao tempo do Governo de Unidade Popular, também nós assistimos



Eduardo Rojas

a uma campanha ultra-reacionária dos órgãos de Informação internacionais que, calunhando e deturpando, pretendem dar uma imagem de um Portugal mergulhado num clima de guerra interna e no caos económico. Tal como no Chile, a burguesia nacional e o imperialismo recorrem a todos os meios para desacreditarem as forças verdadeiramente revolucionárias do nosso país.

José Gaspar, do secretariado da Intersindical leu uma comunicação na qual, a concluir, se afirmava: Em momentos diversos, os movimentos de massas portugues e chileno têm objectivos semelhantes: o primeiro decapitar a reacção que espanta a oportunidade de se voltar a apoiar o poder político e luta por não perder o poder económico; o segundo, apesar a ditadura fascista com base numa ampla frente contrária à tortura, ao assassinio, à exploração desenfreada e à miséria. Neste processo, com características especificamente nacionais, assume, porém, papel de extremo relevo a solidariedade internacionalista de que neste momento o povo português dá provas em relação ao povo chileno, assegurando-lhe auxílio em todos os campos e em todas as circunstâncias.

Finalmente usou da palavra Eduardo Rojas, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores chilenos que, a determinado passo afirmou: Queremos salientarmos, com profunda emoção, a vossa solidariedade e o vosso espírito de combate. A vossa decisão em apoiar a luta do povo chileno enche-nos de orgulho e de alegria em sermos companheiros dos trabalhadores portugueses que constroem um Portugal livre e democrático.

Eduardo Rojas, salientando o aumento progressivo do repúdio, tanto interna como internacionalmente pela ditadura fascista de Pinochet finalizou a sua intervenção neste comício comemorativo do 22.º aniversário da CUT, manifestando a sua confiança na vitória do povo chileno.

Antes de começar a fazer declarações para o «Avante!», em primeiro lugar desejo transmitir ao povo de Portugal, em especial aos comunistas portugueses, a minha saudação e os votos de grandes êxitos na construção democrática do País, junto com as demais forças patrióticas e democráticas que derrubaram

nários do latifúndio e com o apoio de alguns sectores militares de direita, apesar da existência nas forças armadas de importantes correntes nacionalistas e democráticas. O suste. táculo da ditadura e o imperialismo, tanto no plano económico como no da repressão antipopular. A ditadura pretende modificar a es-

trutura estatal uruguaiana no sentido fascista. Para isso concentra o seu ataque contra o movimento operário e popular. Suprimiu todas as liberdades que faziam tradição no país, que eram conquistas das lutas populares, e varreu as próprias instituições representativas burguesas. Hoje não existe um só domínio na sociedade uruguaiana que não tenha sido golpeado por essa política: proibição da actividade dos partidos ilegalização dos partidos comunista e socialista, proscrição da Central operária, intervenção, perseguição e caos no ensino, repressão, perseguições, torturas, fecho do «El Popular», e toda a imprensa da Oposição. No plano económico, o país foi levado ao desastre total. Aprofundou-se a crise estrutural, aumentou a dívida externa, contraíram-se maiores e piores compromissos com a banca yankee continua-se atando o país ao díktat do Fundo Monetário Internacional. Em menos de três anos a moeda diminuiu em dez vezes o seu valor frente ao dólar estado-unidense. O déficit da balança comercial foi, em 1974, pelo menos, de 117 milhões de dólares. Desde então o custo de vida multiplicou-se por 22 vezes. Em 1974 registou-se oficialmente uma elevação do custo de vida de 37,6% somada a 78,5% de 1973. Neste mês de Fevereiro registaram-se aumentos dos preços de artigos essenciais, tarifas e serviços até 48%.

O segundo traço é a debilidade política e social da ditadura, em resultado da luta popular e da política económica e social que despara com a bárbara repressão. Este traço é fundamental já que a imensa maioria do povo não a apoia nem tão-pouco qualquer outro sector social, além da oligarquia. Enfrenta a hostilidade militante da classe operária, dos sectores avançados da intelectualidade, dos estudantes, dos camponeses, das camadas médias, urbanas e em geral. Não conseguiu apoio no campo, onde até proprietários importantes se sentem lesados economicamente. Protestam ainda os comerciantes contra o estreitamento do mercado interno e a paralisação produtiva. Opõem-se as igrejas católica e protestante, que permanentemente afrontam a possibilidade de novas medidas político-militares devido à existência de contradições no seio das Forças Armadas. As correntes nacionalistas e democráticas das Forças Armadas estiveram quase a expulsar Bordaberry em Fevereiro de 1973, e acompanharam esse propósito com uma acção eminentemente progressista, objectivamente ao lado das forças populares. Essas contradições colocam dois caminhos. Daí uma tese fundamental para a perspectiva uruguaiana é a da unidade das forças patrióticas e militares para conseguir uma viragem radical na situação.

Pergunta: Qual é o traço principal da situação uruguaiana?
Resposta: O habitual é, para alguns observadores alheios a vida real uruguaiana, pintar essa situação descrevendo só as características mais notórias da ditadura fascista. Mas o traço principal é a firmeza e continuidade da luta popular. Esta começou desde o momento do golpe de Estado, a 27 de Junho de 1973, quando começou a greve geral declarada pela Convenção Nacional dos Trabalhadores, CNT. A greve prolongou-se durante 20 dias e obrigou à ocupação de fábricas e a sua recuperação quando eram desalojados pelas forças militares, demonstrações operárias a diversos níveis, outras expressões elevadas da luta de classes. Desde então, sucedem-se as demonstrações de rua nos bairros operários e outros de Montevideo, Cobres e cidade com milhões de volantes. Nas paredes apela-se para a unidade para derrubar a ditadura e libertar os presos. Nas fábricas há comícios e assembleias, apesar da repressão. Continuamente, há paralizações por fábricas ou por ramo industrial. No 1.º de Maio realizaram-se quatro manifestações simultâneas. Ao cumprir-se em Setembro de 1974 o 54.º aniversário do Partido Comunista do Uruguai, houve também manifestações diversas, apesar da repressão, colocando-se bandeiras vermelhas com a foice e o martelo, consignas, em muitos lugares em evidência na cidade. Em homenagem a Allende e em solidariedade com o povo chileno houve paralisações simbólicas nas fábricas e nos centros de estudo por Luis Corvallan, recordando o presidente assassinado. Em Novembro e Dezembro, dezenas de fábricas pronunciaram-se na ilegalidade por uma greve geral de 24 horas proposta pela CNT, com vista a uma grande acção do povo contra a ditadura. Neste mesmo mês de Fevereiro, comícios e assembleias, novas manifestações de rua da União da Juventude Comunista e muitas outras demonstrações, nas quais participaram milhares de pessoas, com a simpatia da grande maioria da população. Isto determina que desde o começo da ditadura até ao presente não houve possibilidade para a mesma se consolidar, de facto, e o seu isolamento político e social é praticamente total.

Pergunta: Que forças sustentam a ditadura e que carácter tem esta?
Resposta: A ditadura insere-se nos planos de contra-ofensiva do imperialismo no continente, cujo capítulo mais trágico foi o golpe fascista no Chile. Só se aguenta, e é este o primeiro dos traços que a definem, pela cúpula da oligarquia financeira unida aos grupos mais reac-

ção de folhas e periódicos de fábricas, de bairros, etc. Apareceu a sua revista teórica «Ensaio», e devo dizer aos leitores do «Avante!» que na «Carta Semanal» e noutras publicações do Partido Comunista do Uruguai se exaltou o triunfo democrático em Portugal e se exprimiu a nossa solidariedade com as forças que o conseguiram e o sustentam.

O trabalho do Partido Comunista do Uruguai, na vanguarda da luta com a União da Juventude Comunista, aponta para a queda da ditadura pela união de todas as forças antiditatoriais e democráticas, conjuntamente com os militares progressistas, para instaurar um governo provisório que pratique uma política exterior independente e adopte medidas contra a crise, para o estabelecimento de liberdades democráticas para o movimento operário e popular. Isso não nos impede de atender à possibilidade de outras saídas que mantenham o mesmo princípio unitário e como programa incluía a ampla participação das forças populares. Temos a certeza que mais cedo ou mais tarde o país irá para um regime democrático avançado e anti-imperialista.

Pergunta: Para isso quais são as linhas fundamentais do trabalho do Partido Comunista do Uruguai?
Resposta: Não perdemos de vista os objectivos estratégicos estabelecidos pelo Partido Comunista do Uruguai

to uma nova realidade patriótica e democrática. Isso não se conseguiu, e durante meses desenvolveu-se uma luta entre o imperialismo e a oligarquia, de um lado, e do outro a esquerda, para ganhar a influência das Forças Armadas. A ditadura foi um resultado de não se ter podido resolver esta tarefa a favor do povo. Os pontos programáticos de Fevereiro foram deixados de lado, e a oligarquia financeira ficou no Poder. A resistência à ditadura inicia-se com a resposta da greve geral. Na continuidade, na busca da diferenciação entre os militares patrióticos e democratas, e os direitistas e entreguistas, não foi possível então derrubar a ditadura. Mesmo contando com a simpatia das classes médias e outros sectores, o proletariado não conseguiu contar com o apoio militante das forças e partidos tradicionais e não se conseguiu diferenciar na acção os sectores militares. Não houve decisão suficiente das outras forças democráticas, apesar da repressão desencadeada. O movimento sindical, que ganhou grande prestígio pela sua firme posição, recuou então, ordenadamente, sem queimar as suas forças.

Começa a luta para derrotar os códigos ditatoriais, que impunham sindicatos amarelos, e tentavam levar por diante a regulamentação sindical fascista. Além da classe operária, crescem as lutas noutros sectores como a Universidade, onde os estudantes,

professores e profissionais conseguiram não há muito o afastamento do ministro Naráncio.

As direcções principais do nosso trabalho, estabelecidas depois do levantamento da greve, são cinco: 1.º, fortalecer e desenvolver a unidade e organização da classe operária e procurar que seja a principal força de combate; 2.º, forjar a aliança entre o proletariado e as camadas médias urbanas e do campo; 3.º, realizar uma grande unidade política de todas as forças antiditatoriais, em cujo eixo de luta deve estar a Frente Ampla; 4.º, continuar a promover a unidade das forças democráticas com os sectores militares progressistas e democráticos; 5.º, afirmar o papel do Partido Comunista do Uruguai e da União da Juventude Comunista, suas organizações, seus novos meios técnicos de propaganda, mantendo e ampliando o seu papel político como dirigente da classe operária e como parte das forças políticas democráticas, com o objectivo imediato de derrubar a ditadura.

Pergunta: Que significado tem a solidariedade com os presos e com as lutas do povo em geral?
Resposta: São grandes tarefas. O povo uruguaiano, no meio da sua luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas, desenvolve uma grande acção solidária com todos os perseguidos e, em primeiro lugar, pela liberdade dos presos. Passaram pelas cadeias milhares de uruguaianos. Muitos continuam nelas, grande parte foi barbaramente torturada e alguns morreram vítimas da tortura. Há que render homenagem à firmeza dos militantes comunistas que venceram a prisão e a tortura. Da união

das lutas populares e da solidariedade internacional surgiram já as primeiras importantes vitórias. As mais significativas são a libertação do general Liber Seregni, em Novembro, após 16 meses de prisão, a minha, e em Janeiro deste ano, com 8 meses de prisão, a recente do coronel Carlos Zufriategni, outro distinto militar, também dirigente da Frente Ampla, depois de 19 meses de prisão. E há outros casos. Mas não devemos esquecer que a lática da ditadura é a perseguição permanente e a prisão repetida de muitas pessoas, fundamentalmente, dirigentes sindicais e do Partido Comunista do Uruguai ou da União da Juventude Comunista. Estão presos os camaradas Jaime Perez, Jorge Mazzarovich e Eduardo Vieira, membro do Comité Executivo do PCU, outro companheiro do general Seregni, preso com ele a 9 de Junho de 1973, general Victor Picardon, dirigente por sua vez da Frente Ampla e outros dirigentes e militantes políticos e sindicais, assim como destacadas figuras da intelectualidade, como o eng.º Júlio Ricaldoni, decano da Faculdade de Engenharia, a pedagoga Maria Helena Vieira Diaguerra, que há mais de um ano se encontra na prisão, e o ex-conselheiro da Universidade e ex-secretário da Federação Estudantil Horario Barzazo, o escritor laureado Armando Gonzalez, etc. E a tortura continua a ser quotidiana.

Uma libertação de cada preso, em especial dos dirigentes, é uma etapa da luta dos presos e da luta geral libertadora.

Pela mesma razão não pára nem parará a importância da solidariedade internacional que é cada vez maior. Nós expressamos o nosso grande reconhecimento pela solidariedade internacionalista por tudo quanto se continua fazendo em solidariedade com o povo uruguaiano, e por um maior isolamento internacional da ditadura. Essa solidariedade é enorme ajuda para cada um dos povos da América Latina. Cada preso libertado do imperialismo, da reacção e do fascismo no nosso país é uma vitória conjunta de cada povo e de todos os povos e converte-se em renovada prova de força e prestígio da comunidade socialista e do movimento comunista internacional encabeçados pela URSS e o PCUS. Também prova a importância das organizações internacionais democráticas. E por fim, as condições criadas no Mundo, como por exemplo a afirmação da soberania de certos países e em especial modo, dos povos não há muito libertados do imperialismo do colonialismo e neocolonialismo. A importância da solidariedade, nem sempre compreendida, deve sublinhar-se. A luta pela libertação dos presos, e entre eles os da América Latina. É necessário arrancar dos cárceres homens como Luis Corvallan, Antonio Maidana, e os presos do Uruguai. Essa solidariedade é a solidariedade com um grande processo revolucionário em todo o continente. Processo que não parará e cuja importância mundial é enorme.

Pergunta: No quadro actual do mundo com a situação na América Latina?
Resposta: Vemo-la com optimismo. Sem dúvida, sofremos um duro golpe com a transitoria derrota no Chile e outros golpes como o do Uruguai. Mas seria erro ver uma perspectiva só pelas derrotas parciais. Cada um dos sucessos do continente é de facto um embate entre revolução e contra-revolução, imperialismo e anti-imperialismo, forças democráticas e oligarquia, liberdade e fascismo. Ao analisar o momento há que olhar as tendências principais, sem esquecer as condições mundiais: avanço para o socialismo em mais povos, afirmação da independência dos povos da maior parte da terra, avanço das lutas libertadoras e da classe operária dos países capitalistas, e a crise do capitalismo. Na América Latina consolidou-se a Cuba socialista, foi definitivamente rompido o bloqueio imperialista, quebrou-se a OEA como instrumento imperialista, adianta-se o desenvolvimento revolucionário no Peru encabeçado pelas forças armadas, pelos militares patriotas, com o apoio do povo trabalhador, como se mostrou na recente tentativa do imperialismo e da reacção. O mesmo no Panamá, Honduras, etc. Assim cresce o papel de outras correntes da burguesia e da pequena burguesia que determina mudanças políticas importantes na Venezuela, na Costa Rica e também no México e na Argentina, apesar dos ataques da reacção. Não é possível, nem é de revolucionário, formular ilusões acerca de um processo que é muito duro e muito

difficil, pela própria brutalidade da natureza exploradora do imperialismo. Mas tudo assinala a possibilidade de uma, vasta frente anti-imperialista e o desenvolvimento democrático e progressista em vários países. Nesse panorama coloca-se em primeiro lugar na ordem do dia a unidade sindical operária, a unidade da classe operária com as classes médias, fundamentalmente, estudantes e intelectuais, militares patriotas, e a unidade aumentada dos partidos comunistas e operários. Para impedir que o imperialismo continue a fazer correr o sangue dos povos. Desde Haiti a Guatemala, desde o Chile ao próprio Uruguai. Por isso mesmo essa solidariedade de todas as forças progressistas e democráticas do mundo pela liberdade das pessoas presas e com as nossas lutas assume um carácter de apoio ao processo libertador e revolucionário de todo o continente.

Pergunta: Como influi a distensão internacional nas lutas latino-americanas?
Resposta: Creemos que a nova situação mundial ajuda o desenvolvimento da luta de cada povo. Mostra-o a vitória vietnamita, a vitória do povo português sobre o fascismo, a queda deste também na Grécia, os acontecimentos no Guiné-Bissau, em Angola e Moçambique, os próprios recentes sucessos na Etiópia e na América Latina com o fortalecimento de Cuba e outros factos esquematicamente assinalados, Julgamos fundamental a política de paz pela coexistência pacífica entre Estados com diferente regime social e económico levada a cabo fundamentalmente pela URSS e a comunidade socialista. Essa política coincide com os interesses dos povos, entre os quais a aspiração a um mundo de paz. Basta ver quem ataca essa política, lhe põe entraves, pretendendo voltar ao passado, para termos uma maior clareza nesta questão. Os povos não querem nem necessitam da guerra mundial ou da tensão internacional para os seus anseios e para vencer nas suas lutas. A confluência do socialismo e do comunismo, das lutas da classe operária dos países capitalistas, um crescente triunfo do movimento de libertação nacional e a luta para garantir a paz abrem as maiores perspectivas aos povos, entre eles o uruguaiano e o português.

Pergunta: Tem algo mais a dizer para o povo português?
Resposta: Formulou os desejos de progresso social e fortalecimento da unidade democrática das suas forças patrióticas, anti-imperialistas avançadas. Sem fazer comparações desnecessárias recordo que nas ruas de Montevideo se escreveu a consigna «Governo Provisório como em Portugal» e se disse o mesmo em manifestações. Isso exprime muitas coisas. O nosso apoio, a nossa simpatia, e também a nossa recordação por quantos caíram na heroica luta contra o fascismo português. E permita-me expressar a saudade a todo o povo de Portugal, a classe operária, aos intelectuais progressistas, estudantes, militares patriotas, camponeses, ao povo, enfim, a minha grande homenagem e a palavra fraterna do Partido Comunista do Uruguai ao Partido Comunista Português e à sua direcção encabeçada pelo camarada Alvaro Cunhal.

Pergunta: Tem algo mais a dizer para o povo português?
Resposta: Formulou os desejos de progresso social e fortalecimento da unidade democrática das suas forças patrióticas, anti-imperialistas avançadas. Sem fazer comparações desnecessárias recordo que nas ruas de Montevideo se escreveu a consigna «Governo Provisório como em Portugal» e se disse o mesmo em manifestações. Isso exprime muitas coisas. O nosso apoio, a nossa simpatia, e também a nossa recordação por quantos caíram na heroica luta contra o fascismo português. E permita-me expressar a saudade a todo o povo de Portugal, a classe operária, aos intelectuais progressistas, estudantes, militares patriotas, camponeses, ao povo, enfim, a minha grande homenagem e a palavra fraterna do Partido Comunista do Uruguai ao Partido Comunista Português e à sua direcção encabeçada pelo camarada Alvaro Cunhal.

Pergunta: Tem algo mais a dizer para o povo português?
Resposta: Formulou os desejos de progresso social e fortalecimento da unidade democrática das suas forças patrióticas, anti-imperialistas avançadas. Sem fazer comparações desnecessárias recordo que nas ruas de Montevideo se escreveu a consigna «Governo Provisório como em Portugal» e se disse o mesmo em manifestações. Isso exprime muitas coisas. O nosso apoio, a nossa simpatia, e também a nossa recordação por quantos caíram na heroica luta contra o fascismo português. E permita-me expressar a saudade a todo o povo de Portugal, a classe operária, aos intelectuais progressistas, estudantes, militares patriotas, camponeses, ao povo, enfim, a minha grande homenagem e a palavra fraterna do Partido Comunista do Uruguai ao Partido Comunista Português e à sua direcção encabeçada pelo camarada Alvaro Cunhal.

Pergunta: Tem algo mais a dizer para o povo português?
Resposta: Formulou os desejos de progresso social e fortalecimento da unidade democrática das suas forças patrióticas, anti-imperialistas avançadas. Sem fazer comparações desnecessárias recordo que nas ruas de Montevideo se escreveu a consigna «Governo Provisório como em Portugal» e se disse o mesmo em manifestações. Isso exprime muitas coisas. O nosso apoio, a nossa simpatia, e também a nossa recordação por quantos caíram na heroica luta contra o fascismo português. E permita-me expressar a saudade a todo o povo de Portugal, a classe operária, aos intelectuais progressistas, estudantes, militares patriotas, camponeses, ao povo, enfim, a minha grande homenagem e a palavra fraterna do Partido Comunista do Uruguai ao Partido Comunista Português e à sua direcção encabeçada pelo camarada Alvaro Cunhal.

Pergunta: Tem algo mais a dizer para o povo português?
Resposta: Formulou os desejos de progresso social e fortalecimento da unidade democrática das suas forças patrióticas, anti-imperialistas avançadas. Sem fazer comparações desnecessárias recordo que nas ruas de Montevideo se escreveu a consigna «Governo Provisório como em Portugal» e se disse o mesmo em manifestações. Isso exprime muitas coisas. O nosso apoio, a nossa simpatia, e também a nossa recordação por quantos caíram na heroica luta contra o fascismo português. E permita-me expressar a saudade a todo o povo de Portugal, a classe operária, aos intelectuais progressistas, estudantes, militares patriotas, camponeses, ao povo, enfim, a minha grande homenagem e a palavra fraterna do Partido Comunista do Uruguai ao Partido Comunista Português e à sua direcção encabeçada pelo camarada Alvaro Cunhal.

Pergunta: Tem algo mais a dizer para o povo português?
Resposta: Formulou os desejos de progresso social e fortalecimento da unidade democrática das suas forças patrióticas, anti-imperialistas avançadas. Sem fazer comparações desnecessárias recordo que nas ruas de Montevideo se escreveu a consigna «Governo Provisório como em Portugal» e se disse o mesmo em manifestações. Isso exprime muitas coisas. O nosso apoio, a nossa simpatia, e também a nossa recordação por quantos caíram na heroica luta contra o fascismo português. E permita-me expressar a saudade a todo o povo de Portugal, a classe operária, aos intelectuais progressistas, estudantes, militares patriotas, camponeses, ao povo, enfim, a minha grande homenagem e a palavra fraterna do Partido Comunista do Uruguai ao Partido Comunista Português e à sua direcção encabeçada pelo camarada Alvaro Cunhal.

Pergunta: Tem algo mais a dizer para o povo português?
Resposta: Formulou os desejos de progresso social e fortalecimento da unidade democrática das suas forças patrióticas, anti-imperialistas avançadas. Sem fazer comparações desnecessárias recordo que nas ruas de Montevideo se escreveu a consigna «Governo Provisório como em Portugal» e se disse o mesmo em manifestações. Isso exprime muitas coisas. O nosso apoio, a nossa simpatia, e também a nossa recordação por quantos caíram na heroica luta contra o fascismo português. E permita-me expressar a saudade a todo o povo de Portugal, a classe operária, aos intelectuais progressistas, estudantes, militares patriotas, camponeses, ao povo, enfim, a minha grande homenagem e a palavra fraterna do Partido Comunista do Uruguai ao Partido Comunista Português e à sua direcção encabeçada pelo camarada Alvaro Cunhal.

Pergunta: Tem algo mais a dizer para o povo português?
Resposta: Formulou os desejos de progresso social e fortalecimento da unidade democrática das suas forças patrióticas, anti-imperialistas avançadas. Sem fazer comparações desnecessárias recordo que nas ruas de Montevideo se escreveu a consigna «Governo Provisório como em Portugal» e se disse o mesmo em manifestações. Isso exprime muitas coisas. O nosso apoio, a nossa simpatia, e também a nossa recordação por quantos caíram na heroica luta contra o fascismo português. E permita-me expressar a saudade a todo o povo de Portugal, a classe operária, aos intelectuais progressistas, estudantes, militares patriotas, camponeses, ao povo, enfim, a minha grande homenagem e a palavra fraterna do Partido Comunista do Uruguai ao Partido Comunista Português e à sua direcção encabeçada pelo camarada Alvaro Cunhal.

EXPOSIÇÃO DE PINTURA NA SIDERURGIA NACIONAL

No ginásio - sede do pessoal da Siderurgia Nacional está patente, até domingo, uma exposição de artes plásticas promovida pelo Comité José Dias Coelho e na qual participam os seguintes pintores: Alvaro Perdigão, António Rodrigues, Carlos Rafael, Cipriano Douro, Francisco Relgão, Ivone Balleto, João Hogan, Joaquim Rodrigues, Jorge de Almeida, José Viana, Lima de Carvalho, Luís Camacho, Manuel Filipe, Manuel Jorge, Manuel Ribeiro de Pavia, Maria de Lurdes Freitas, Pilo da Silva, Reinaldo Silva, Rogério do Amaral, Rogério Ribeiro, Rui Filipe, Sá Nogueira e Victor Palla; e os escultores Henrique Ruivo, Jorge Vieira, José Dias Coelho, José Farinha, Maria Barreira, Mau-fício Pena, Quintino Sebastião e Vasco Pereira da Conceição, e ainda Maria Alfredeira Domingos com trabalhos de serigrafia.

A exposição foi inaugurada pelo actor José Viana e, no próximo sábado, Manuel Augusto de Araújo fará um colóquio sobre arte.

EMIGRANTES ADEREM AO PC FRANCÊS

Promovido pelo Partido Comunista Francês realizou-se em Limoges um encontro com emigrantes portugueses durante o qual foi projectado o filme «Portugal — 25 de Abril». Gilbert Cazubon, enviado especial de «L'Humanité» a Lisboa, falou depois da sua experiência no nosso País, salientando os aspectos positivos do que tinha visto. Durante a sessão foram focados sobretudo aspectos da acção do nosso Partido como elemento catalizador da actividade popular e esclarecedora, algumas ambiguidades decorrentes da falta de informação. Neste sentido e para colmatar falhas existentes foi feita uma campanha de assinantes para a publicação diária do «Avante!», durante o período eleitoral, que registou um grande interesse, e distribuídos vários folhetos da Proclamação do VII Congresso Extraordinário e exemplares da revista «France Nouvelles», dedicados ao nosso País.

No final registaram-se várias adesões de trabalhadores portugueses ao PCF, tendo sido discutido o enquadramento dos aderentes portugueses nas respectivas «Células de bairro» ou local de trabalho, bem como a acção dos trabalhadores portugueses em sindicatos franceses. Foi ainda elaborado um requerimento à delegação do PCP em Paris, solicitando toda a documentação disponível, em português, para consulta dos emigrantes inscritos no PCF.

«NO NOS OLVIDEIS»



«NO NOS OLVIDEIS»